

2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS  
RELATÓRIO DE GESTÃO**



## CÂMARA MUNICIPAL

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
António Domingos da Silva Tiago

**VEREADOR**  
José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

**VEREADORA**  
Emília de Fátima Moreira dos Santos

**VEREADORA**  
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

**VEREADORA**  
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

**VEREADOR**  
José António Andrade Ferreira

**VEREADOR**  
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

**VEREADOR**  
Jaime Manuel da Silva Pinho

**VEREADOR**  
Paulo Fernando Sousa Ramalho

**VEREADORA**  
Paula Cristina Romão Pereira

**VEREADORA**  
Marta Moreira de Sá Peneda

2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS



2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE



---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1. Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia .....	19
2. Maiambiente, E.M. ....	19
3. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. ....	19
4. Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A. ....	20
5. Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. – em liquidação .....	20
6. Fundação Conservatório de Música da Maia.....	20
7. Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO.....	21
8. Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe.....	21
9. MUNICIPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M. S.A.....	22
<b>ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA .....</b>	<b>23</b>
BALANÇO CONSOLIDADO.....	25
ATIVO.....	28
Imobilizado .....	28
Circulante.....	31
Disponibilidades.....	31
Dívidas de terceiros.....	32
Acréscimos e diferimentos ativos.....	33
PASSIVO .....	33
Dívidas a Terceiros .....	34
Acréscimos e Diferimentos Passivos.....	37
FUNDOS PRÓPRIOS.....	38
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS .....	39
INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA.....	45
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS .....	51
NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS.....	53
8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS.....	55
8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:.....	55
8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada: .....	57
8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:.....	57
8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo: .....	58
a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 46, n.º 1, da LFL ), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa: .....	58
8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros: .....	60
8.2.6. Informações relativas a compromissos: .....	61
8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas: .....	62



---

8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas: .....	64
8.2.9. Informações diversas .....	73
<b>ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>75</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>89</b>



2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO



## **Uma só estratégia, uma única visão**

Os Municípios, num esforço contínuo de resposta às atribuições e competências cada vez mais amplas que continuamente lhe são acometidas, foram levados a adequar paulatinamente as suas estruturas organizacionais às novas necessidades – desde logo, pela exigência de qualidade na gestão pública local.

Desse ajustamento resultou em muitos casos – e a Maia não foi exceção – um novo modelo organizacional, assente na deslocação de parte da sua atividade para outras organizações, em muitos casos de cariz empresarial, que sendo controladas pelo Município (mãe) norteiam a sua gestão no interesse do grupo municipal como um todo.

Uma perspetiva global da posição financeira do grupo não pode, por essa razão, ser assegurada pela simples apreciação agregada das prestações de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas (incluindo a do município), por mais completos que estes sejam, não permite uma apreciação financeira integrada, tão pouco uma visão completa e suficiente para a tomada de decisão e a definição de uma estratégia.

A consolidação de contas municipais apresenta-se como ferramenta incontornável para melhorar a informação económico financeira prestada pela administração local, focando-se no objetivo primeiro de elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si que seriam obtidas se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Só deste modo, também, é possível melhorar a avaliação do grau de risco financeiro, bem assim como o controlo e a coordenação entre as diferentes participadas, agilizando-se por esta via uma tomada de decisão mais informada e consciente – dando-se particular destaque, neste ponto, ao estreito controlo do défice público a que o Município está também sujeito.

Por último e não menos importante, a obrigatoriedade de prestação de contas consolidadas está legalmente prevista no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Relativamente ao exercício em apreço, 2017, assinala-se a ausência de alterações às disposições legais sobre esta matéria, permanecendo o disposto no RFALAI. No que se refere aos procedimentos e métodos de consolidação, o artigo 75.º, n.º 8, do mesmo diploma prevê: «*Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.*». É possível concluir daqui que continua a ser aplicável a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “*Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*”.

---

Desta forma, apresenta-se pelo oitavo ano consecutivo a consolidação de contas do Grupo Municipal da Maia, reportada agora ao final de 2017, que integra informação financeira comparativa reportada ao exercício anterior sempre que tal seja considerado relevante.

Estruturalmente, e porque se entende que desta forma se facilita a leitura e compreensão da informação divulgada no documento, permanece inalterada a estrutura do relato distribuído, à semelhança dos anteriores, por três capítulos:

1. Um capítulo introdutório dedicado aos critérios que subjazem o processo de consolidação e à definição e caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
2. Um segundo capítulo contendo o relato de natureza económico-financeira propriamente dito, integrando o balanço consolidado e a demonstração consolidada de resultados, bem como uma apreciação geral da situação económica do grupo municipal. Aqui se evidenciarão os aspetos de contexto com maior preponderância, no exercício em análise, assim como no(s) comparativo(s).
3. Num terceiro e último capítulo, são inclusos os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, com enfoque nas notas ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados. Este anexo é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, e contém um vasto conjunto de informações complementares e de quadros que, sistematizando informação de maior detalhe, ajudam a compreender e a justificar a respetiva informação financeira e seus movimentos contabilísticos levados a cabo no período.

Dá-se por encerrada a apreciação das contas com a certificação legal das contas consolidadas.

2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



Com exceção do sucedido entre 2013 e 2014, em que por força de lei (entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente no seu art.º 75º e seguintes) se alargou significativamente o perímetro de consolidação obrigatório do Município da Maia, que a composição do grupo municipal se tem pautado pela estabilidade.

Esta mudança de critério de determinação do perímetro de consolidação (cujos impactos foram particularmente visíveis em 2014, com o controlo detido sobre as entidades a assumir-se como critério de inclusão no perímetro), o processo de consolidação de contas tornou-se mais abrangente, passando a incluir entidades que até então não relevavam para este efeito. Os Fundos de Investimento Imobiliário e a Fundação Conservatório de Música da Maia (detidos a 100%), a TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. EM (detida maioritariamente) e ainda a MUNICIPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA e a PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, E.M.T., S.A. (com uma participação residual no capital social) passaram desde então, e por essa razão, a integrar o perímetro de consolidação de contas municipal.

Em 2017 não houve alteração às disposições legais que regulam esta matéria, donde à data de 31 de dezembro de 2017 o **grupo público municipal** é composto, à semelhança do ano anterior:

1. Pelo município (entidade-mãe),
2. Pelos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia (SMAS),
3. Pelo conjunto de todas as empresas locais que integram o setor empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, e
4. Pelo conjunto de entidades detidas e controladas de forma direta e indireta.

Contudo, e não obstante a estabilidade que tem caracterizado o enquadramento legal desta matéria desde a entrada em vigor do RFALEI, a dinâmica própria das entidades do grupo conduziu a ligeiras alterações da composição do mesmo desde 2014 – que, no caso, se traduziram na saída de entidades do perímetro. A este respeito, recordam-se as entidades extintas em anos anteriores àquele sobre o qual versa este relatório, a saber: a Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EEM, em 2015, e o Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior, em 2016, a que se soma no exercício em apreço a PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. Em Liquidação – cujo processo de liquidação de ativos e passivos conheceu fecho em novembro de 2017.

Perpetivando-se para breve porém ainda não consumado, persiste o processo conducente à extinção da Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. Em Liquidação, razão pela qual, no exercício em apreço, esta participada permanece incluída no perímetro de consolidação do grupo municipal.

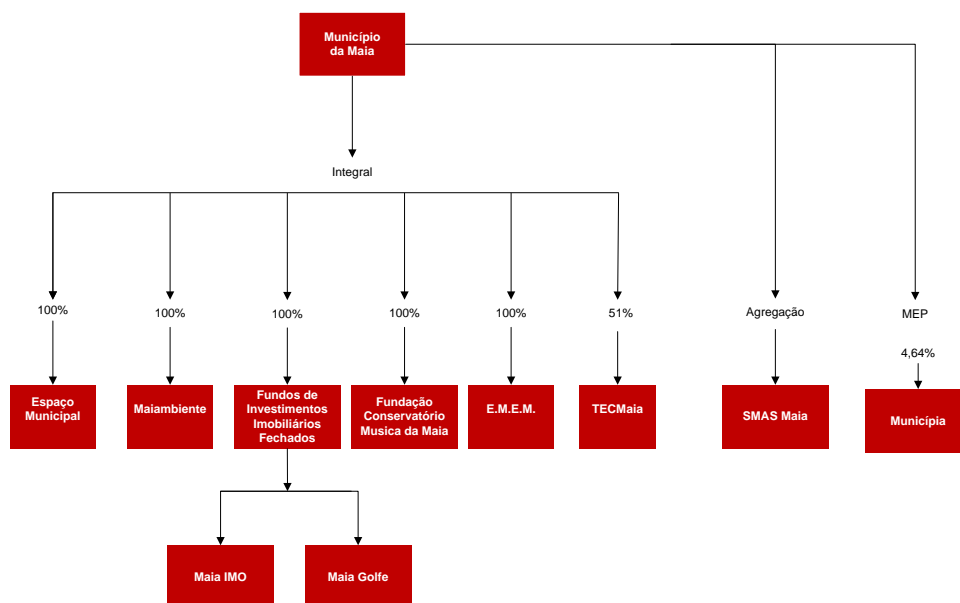
Salvaguarda-se ainda que as entidades incluídas partilham o mesmo plano de consolidação e que foi acautelada a correspondência entre o Plano de Consolidação e o Plano de Contas individual.

Postos os anteriores considerandos, o perímetro de consolidação do Município da Maia apresenta a seguinte constituição no final do exercício de 2017:

**Quadro 1**

PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO			
ANO 2017			
Identificação da Empresa	Sigla	%	Custo de Aquisição
Serviços Municipalizados de Águas, Electricidade e Saneamento da Maia	SMAS Maia	n.a.	n.a
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	E.M.E.M	100%	124.699,00
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Maiambiente	100%	1.496.394,00
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão Património, E.M.	Espaço Municipal	100%	12.811.338,00
Fundação Conservatório de Música da Maia	FCMM	100%	25.000,00
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Tecmaia	51%	2.799.390,00
MUNICIPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Municipia	4,64%	150.199,00
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "MAIA IMO"	FEIF Maia Imo	100%	6.000.000,00
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "MAIA GOLFE"	FEIF Maia Golf e	100%	5.500.000,00

**Organograma do grupo**



Do ponto de vista metodológico, da conjugação do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais com a Orientação n.º 1/2010 (publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho) e, bem assim, com as instruções para a Consolidação de Contas pelos Municípios publicadas pela Direção Geral das Autarquias Locais, em 11 de abril de 2011, resulta a adoção (desde 2015) dos seguintes métodos de consolidação adequados às entidades individualmente consideradas:

- Método da simples agregação para os Serviços Municipalizados;
- Método de consolidação integral para todas as entidades detidas em mais de 50% (entidades do Setor Empresarial Local, Fundos de Investimento Imobiliário e Fundação Conservatório de Música da Maia);
- Método da equivalência patrimonial para as restantes entidades que fazem parte do perímetro de consolidação – no caso, apenas a MUNICIPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..



2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO  
DE CONSOLIDAÇÃO



### **1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELETRICIDADE, ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA**

Os Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia (SMEAS), criados em 9 de Agosto de 1947, dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio, têm como missão a distribuição de água potável no Concelho da Maia e a recolha, drenagem e tratamento das águas residuais nele produzidas.

### **2. MAIAMBIENTE, E.M.**

A Maiambiente EM é uma empresa pública municipal criada, em 31 de Agosto de 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados a urbanos, a recolha seletiva de materiais recicláveis e a manutenção da higiene e limpeza dos locais públicos. A Maiambiente E.M. poderá exercer complementarmente atividades da natureza das estabelecidas anteriormente noutros concelhos do País ou participar em agrupamentos de empresas ou em sociedades constituídas para o efeito ou já existentes, mediante autorização expressa da Câmara Municipal da Maia. Poderá também exercer, com carácter acessório, outras atividades relacionadas com o seu objeto, designadamente a elaboração ou promoção de estudos de desenvolvimento estratégico, sustentabilidade e outros.

### **3. EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M.**

A Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 26 de Abril de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto, por delegação da Câmara Municipal, a gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da:

- a) Instalação construção, instalação e gestão do sistema de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo na área do concelho;
- b) Elaboração, ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel.

No âmbito do seu objeto poderá também:

- c) Proceder à gestão e comercialização direta ou indireta, de lojas e galerias comerciais preferencialmente implantadas em parques de estacionamento que estejam sobre a sua responsabilidade;
- d) Desenvolver, diretamente ou como empresa encarregada de gestão de concessões, a atividade de transporte coletivo de passageiros dentro da área do Município da Maia.

Para a prossecução dos seus fins, pode criar departamentos internos com autonomia funcional e administrativa, bem como constituir outras pessoas coletivas, subscrever ou adquirir participações em, sociedade civil ou comercial, sociedades reguladas por leis especiais ou cooperativas, sendo necessário para o efeito deliberação da Câmara Municipal da Maia.

#### **4. ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.M., S.A.**

A Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. é uma empresa pública municipal criada, em 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

O seu objeto principal foi alterado em 2015, passando a incluir a gestão condominial de parques empresariais além das atribuições que já detinha, por delegação da Câmara Municipal da Maia: a promoção da habitação social, a melhoria das condições habitacionais do Município da Maia, a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa ou cuja administração lhe seja conferida e a participação em ações de renovação e de requalificação urbanística.

#### **5. TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, S.A., E.M. – EM LIQUIDAÇÃO**

A Empresa Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. – Em Liquidação é uma sociedade anónima detida atualmente em 51% do seu capital pelo Município da Maia e nasceu, como projeto, em 1999 resultante da deslocalização da Texas Instruments e da Samsung de Portugal; teve como objeto principal da sua atividade o arrendamento de imóveis.

Na Assembleia Geral Anual da sociedade Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., EM, que teve lugar no dia 30 de abril de 2015, foi aprovada a dissolução da empresa, nos termos e para os efeitos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Esta deliberação foi aprovada pelo órgão executivo do Município e homologada pela Assembleia Municipal em 30 de dezembro de 2015.

#### **6. FUNDAÇÃO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA**

A Fundação Conservatório de Música da Maia foi constituída em 09 de janeiro de 2003 e tem como atividade principal a gestão do Conservatório de Música da Maia.

A titularidade do capital fundacional passou para a alçada do Município da Maia por força da alteração de estatutos (aprovada por unanimidade e publicada em Diário da República na Deliberação n.º 729/2014 de 19 de março), alteração essa decorrente da entrada em dissolução e liquidação da entidade instituidora original, a Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EEM.

A Fundação foi formalmente reconhecida enquanto tal pelo senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, por via do Despacho n.º 13.476/2009 de 9 de junho (retroagindo a 22/02/2008).

## **7. FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO MAIA IMO**

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO iniciou a sua atividade em 31 de dezembro de 2008, é detido a 100% pelo Município da Maia, e tem como principal objetivo a obtenção de uma valorização crescente do capital investido (no médio e longo prazo) através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários e sítios no Município da Maia.

A administração, gestão e representação do Fundo compete à Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

A política de investimento é a de aquisição de prédios urbanos destinados a comércio e serviços e ao desenvolvimento de projetos de construção para posterior arrendamento ou alienação.

O objetivo do Fundo consiste assim em alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de Gestão. Neste contexto, o Fundo tem em vista o investimento num conjunto de património disperso no Concelho da Maia, parte do qual será destinado a arrendamento e, outra parte será destinado ao desenvolvimento de projetos imobiliários compatíveis com o PDM do Concelho da Maia. A política de investimento compreenderá, nomeadamente, investimento para a aquisição de imóveis destinados a habitação, comércio, armazéns, instalações fabris, equipamentos, escritórios, turismo ou lazer, desenvolvimento de projetos de promoção imobiliária e projetos de reabilitação e revitalização urbana.

## **8. FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO MAIA GOLFE**

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia GOLFE iniciou a sua atividade em 28 de dezembro de 2007, é detido a 100% pelo Município da Maia, e tem como principal objetivo a obtenção de uma valorização crescente do capital investido (no médio e longo prazo) através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários e sítios no Município da Maia.

A administração, gestão e representação do Fundo compete à Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

O objetivo do Fundo consiste em alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de Gestão. Neste contexto, a administração do Fundo por conta e no interesse exclusivo dos participantes tem em vista a maximização do valor das participações e dos rendimentos a distribuir aos participantes e o bom desempenho das respetivas finalidades económicas, sociais e financeiras.

A política de investimento abrange tanto prédios rústicos como urbanos, em particular em investimentos destinados ao turismo e lazer.

Tendo sido obtido o visto prévio do Tribunal de Contas do processo de dissolução e liquidação deste Fundo (em 5 de janeiro de 2018), perspetiva-se a sua extinção ao longo deste exercício e a subsequente saída do perímetro de consolidação no próximo relatório de contas consolidadas.

### **9. MUNICIPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M. S.A.**

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. foi constituída em 1999 e tem por objeto de atividade a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, assim como o desenvolvimento de sistemas de informação geográfica (conceção, consultoria, formação), bem assim como a prestação de serviços energéticos (consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética).

Inclui-se ainda na sua atividade a comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias locais titulares da função acionista, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A Município, E.M., S.A. rege-se pelos seus estatutos e pela legislação aplicável ao setor empresarial local.

2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA





2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO CONSOLIDADO



O quadro que melhor retrata a estrutura económico-financeira do Grupo Municipal é o Balanço. Apresentando a situação do património reportada, neste caso, à data de encerramento do exercício de 2017, divulga simultaneamente o Ativo controlado pelo Grupo (composto de bens e direitos em que se traduz a sua estrutura económica), e o Passivo pelo qual este deverá responder (medido pelo exato montante dos capitais alheios a que teve de recorrer para acumular o primeiro). Residualmente, o Capital Próprio do Grupo corresponde genericamente ao montante do Ativos que remanesceria se acaso fossem liquidados todos os Passivos assumidos no momento do reporte.

A estrutura do Ativo reparte-se classicamente em Imobilizado – ou Ativo Fixo –, Ativo Circulante e Acréscimos e Diferimentos, enquanto o Passivo se subdivide em Provisões para Riscos e Encargos, Dívidas a Terceiros e Acréscimos e Diferimentos (passivos).

## Quadro 2

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO MUNICIPAL						
BALANÇO CONSOLIDADO						
Descrição	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Ativo Líquido</b>	<b>506.132.790</b>	<b>100,00%</b>	<b>505.233.848</b>	<b>100,00%</b>	<b>898.942</b>	<b>0,18%</b>
Imobilizado	462.728.377	91,42%	462.249.358	91,49%	479.019	0,10%
Circulante	38.155.431	7,54%	36.602.001	7,24%	1.553.429	4,24%
Existências	961.856	0,19%	861.156	0,17%	100.700	11,69%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	6.379.015	1,26%	5.645.490	1,12%	733.525	12,99%
Disponibilidades	30.814.560	6,09%	30.095.356	5,96%	719.204	2,39%
Acréscimos e Diferimentos	5.248.982	1,04%	6.382.489	1,26%	-1.133.507	-17,76%
<b>Passivo</b>	<b>160.247.409</b>	<b>100,00%</b>	<b>168.874.665</b>	<b>100,00%</b>	<b>-8.627.256</b>	<b>-5,11%</b>
Provisões para riscos e encargos	3.575.328	2,23%	4.532.249	2,68%	-956.921	-21,11%
Dívidas a Terceiros	88.950.627	55,51%	95.012.239	56,26%	-6.061.612	-6,38%
Médio e Longo Prazo	61.794.405	38,56%	70.644.400	41,83%	-8.849.995	-12,53%
Curto Prazo	27.156.222	16,95%	24.367.839	14,43%	2.788.383	11,44%
Acréscimos e Diferimentos	67.721.454	42,26%	69.330.177	41,05%	-1.608.722	-2,32%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>345.885.380</b>	<b>100,00%</b>	<b>336.359.183</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.526.197</b>	<b>2,83%</b>
Património	325.199.883	94,02%	323.744.980	96,25%	1.454.902	0,45%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-12.905	0,00%	-12.874	0,00%	-31	-0,24%
Reservas	23.461.609	6,78%	22.862.698	6,80%	598.911	2,62%
Resultados Transitados	-7.905.472	-2,29%	-20.739.342	-6,17%	12.833.870	61,88%
Resultado Líquido do Exercício	6.731.269	1,95%	12.100.691	3,60%	-5.369.422	-44,37%
Interesses não controlados	-1.589.003	-0,46%	-1.596.970	-0,47%	7.967	0,50%

Un.: Euros

De uma primeira observação ao Balanço Consolidado do Grupo Municipal, é possível concluir que o Ativo Líquido Total no final do exercício de 2017 perfaz 506.132.790 € (o Ativo Bruto subjacente totaliza o valor de 853.834.521 €) e que representa uma variação de (+) 0,18% face ao exercício anterior.

De novo o Ativo Imobilizado mantém um lugar destacado na distribuição do Ativo Líquido, representando cerca de 91% do valor total deste último. Permanece também, à semelhança dos anos anteriores, notória

a preponderância do Município enquanto entidade consolidante – contribui com 415.782.629 €, a que corresponde uma ponderação de aproximadamente 85% do total.

Por seu lado, o Passivo e os Fundos Próprios do Grupo Municipal atingiram no final de 2017 respetivamente os montantes de 160.247.409 € e de 345.885.380 €, reforçando-se a autonomia financeira (à semelhança do que sucedeu no ano anterior, em que os critérios de consolidação eram substancialmente os mesmos), à custa quer da diminuição do passivo, quer do reforço dos capitais próprios.

O passivo consolidado mantém-se na trajetória observada em anos anteriores, tendente à sua redução: uma variação de (-) 5,11% no passivo global, recordando-se a este respeito o que sucedeu nas contas individuais do Município (detalhadamente analisadas no respetivo relatório de gestão, oportunamente apreciadas), cujo passivo observou uma diminuição em valor absoluto 9.421.137 €.

À semelhança do sucedido em 2016, as rubricas de Dívidas a Terceiros e Acréscimos e Diferimentos Passivos são as que mais ponderam na formação do Passivo, perfazendo aproximadamente 98% do Passivo total. De novo, as Dívidas a Terceiros isoladamente contribuem para mais de metade do valor aqui registado no final do exercício que agora se reporta.

Na composição dos Fundos Próprios consolidados, dá-se enfoque à rubrica correspondente ao Património do Grupo Municipal, que totaliza 325.199.883 € (94% dos Fundos totais). Superando, em valor absoluto, a variação dos Passivos, os Fundos Próprios aumentam 2,83%, reforçando-se o peso desta rubrica no total do Balanço. Desta constatação infere-se ainda o reforço da autonomia financeira, que passa sucessivamente de 62% (em 2014) para 65% (em 2015), 67% (em 2016) e 68% no exercício presente.

Concluindo esta apreciação genérica dos Fundos Próprios, reserva-se um apontamento ainda para a dedução correspondente ao lucro atribuível a outros detentores do capital da sociedade Tecmaia (designados por *Interesses Não Controlados*) que, por força do uso do método integral, têm de estar refletidos no Balanço do Grupo – no caso em concreto, permanecem com uma ponderação residual, em ambos os períodos em comparação, representando em valor absoluto menos de 1% dos Fundos Próprios totais.

## **ATIVO**

### **Imobilizado**

Apreciando de seguida e individualmente cada uma das componentes do Ativo, sugere-se que se inicie esta incursão pela apreciação do Quadro 3 que se apresenta de seguida com o desdobramento mais detalhado por subcomponentes da rubrica com maior ponderação:

### Quadro 3

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL						
Descrição	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de Domínio Público	85.708.620	18,52%	89.847.349	19,44%	-4.138.729	-4,61%
Imobilizações Incorpóreas	1.114.927	0,24%	509.092	0,11%	605.834	119,00%
Imobilizações Corpóreas	360.469.759	77,90%	356.787.538	77,19%	3.682.220	1,03%
Investimentos Financeiros	15.435.072	3,34%	15.105.379	3,27%	329.693	2,18%
<b>TOTAL</b>	<b>462.728.377</b>	<b>100,00%</b>	<b>462.249.358</b>	<b>100,00%</b>	<b>479.019</b>	<b>0,10%</b>

Un.: Euros

Resultando do conjunto de bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, o Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal aumenta entre os dois períodos em comparação – (+) 479.019 €, correspondentes a um crescimento de (+) 0,1%.

Das rubricas que constituem o Imobilizado, os itens de natureza Corpórea figuram no Balanço Consolidado com a maior porção (77,9%), seguidos dos Bens de Domínio Público (18,52%), surgindo depois os Investimentos Financeiros (3,34%), e por fim as Imobilizações Incorpóreas (representando menos de 1%).

Quer em termos de contribuição relativa para o Ativo Líquido Imobilizado, quer em termos de sinal da variação entre os valores observados entre 2016 e 2017, seguem as rubricas idêntica performance à observada nas contas individuais da casa mãe:

- Diminui apenas a rubrica de Bens de Domínio Público;
- Predominam as Imobilizações Corpóreas, com uma ponderação no total superior a 77%, seguidas dos Bens de Domínio Público e dos Investimentos Financeiros;
- Com ponderação residual (em ambos os casos inferior a 0,25%) figuram as Imobilizações Incorpóreas.

Com maior peso na variação global verificada no Ativo Líquido Imobilizado surgem desde logo os Bens de Domínio Público – apresentando uma variação de (-) 4.138.729 €, por força dos mesmos argumentos aludidos em sede de relato individual das contas da entidade mãe, uma vez que apenas esta entidade possui bens desta natureza, efeito das amortizações regulares do imobilizado correspondente.

Em sentido contrário, aumentam as rubricas restantes, destacando-se desde logo o Imobilizado Corpóreo com um incremento de (+) 3.682.220 €. Considerando que individualmente o Município contribuiu com uma variação de (+) 4.079.298 €, é verificável que no processo de consolidação o contributo das subsidiárias acaba por atenuar parte deste efeito. A este respeito convirá recordar ainda a predominância do item de Edifícios e Outras Construções (representa cerca de 60% do ativo imobilizado total), cujas entradas - uma vez mais e à semelhança do que se reportou em relatórios de exercícios anteriores - ocorreram em montante inferior ao das amortizações e depreciações do período.

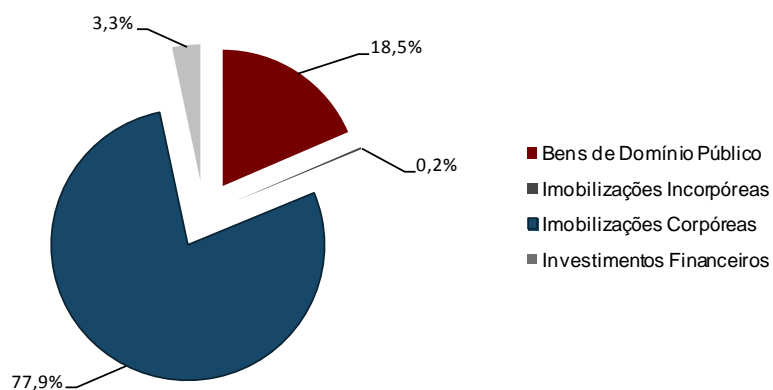
Aumentam ainda as Imobilizações Incorpóreas, aproximadamente (+) 119%, traduzindo em grande parte a variação observada, no mesmo sentido e ordem de grandeza, nas contas individuais da participante – em que a rubrica aumenta de per si (+) 612.598 €.

Por último, atenta a ordem de grandeza da variação em valor absoluto, apresentam-se os Investimentos Financeiros com um aumento de (+) 329.693 €, o que em termos relativos se traduz numa variação de (+) 2,18%. Destacam-se no contributo para o saldo desta rubrica no final de 2017 os Investimentos em Imóveis (detidos pela participada Espaço Municipal), bem assim como as participações em entidades fora do grupo municipal, evidenciando-se o Fundo de Apoio Municipal (a que o Município está obrigado por força de lei) e a empresa Águas do Norte, S.A., com participações quantificadas no fecho do exercício respetivamente em 2.990.301 € e 1.380.000 €.

Dá-se por concluída a análise da rubrica do Imobilizado, ilustrando-se a presente análise ainda com os Gráfico 1 e Gráfico 2 demonstrativos das anteriores referências.

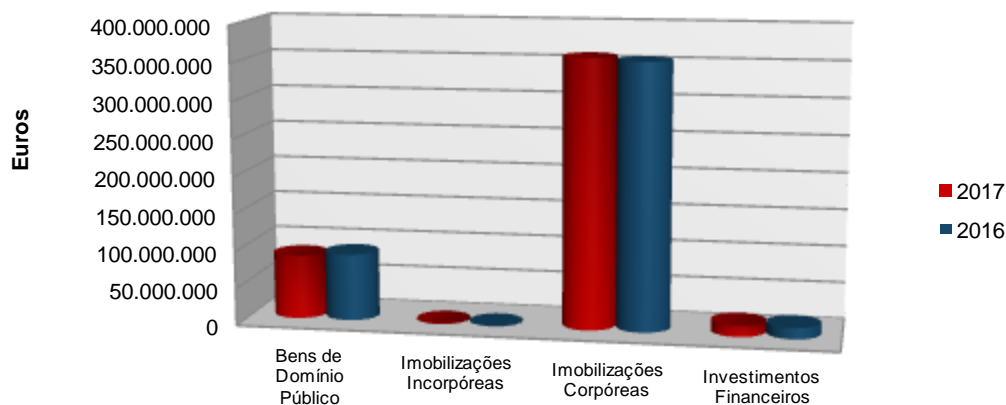
**Gráfico 1**

**Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal 2017**



**Gráfico 2**

**Varição do Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal 2017/ 2016**



### Circulante

O Ativo Circulante totaliza no período 38.155.431 €, representando 7,54% do total do ativo líquido e compondo-se de existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, ganhando destaque esta última parcela, com cerca de 81% do valor total do ativo circulante.

O aumento constatável entre os dois períodos em comparação fica a dever-se ao facto de todas as parcelas que o compõem aumentarem entre os dois exercícios: as Dívidas de Terceiros de curto prazo são quem conhece o maior aumento, (+) 733.525 €, logo seguidas proximamente pelas disponibilidades, com (+) 719.204 €, a que se junta, com menor impacto, a variação ocorrida nas existências. Globalmente, o Ativo Circulante aumenta (+) 4,24 % entre os dois períodos em apreço.

Pela sua relevância material, segue-se apreciação particularizada das componentes Disponibilidades e Dívidas de Terceiros.

### Disponibilidades

As Disponibilidades do Grupo Municipal totalizam, no final de 2017, 30.814.560 €, desdobráveis do seguinte modo: 30.498.391 € constituídos por depósitos em Instituições de Crédito, 61.169 € por valores em caixa e 255.000 € em Títulos Negociáveis.

Deste valor total, 25.958.241 € dizem respeito ao saldo de gerência de operações orçamentais, isto é ao diferencial entre o total de receita orçamental cobrada e o total da despesa orçamental paga no exercício, depois somado do saldo inicial. No Quadro 4 caracteriza-se com maior detalhe a sua composição.

**Quadro 4**

<b>Ano 2017</b>			
<b>MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>			
	31-dez-17	31-dez-16	Variação %
<b>RECEBIMENTOS</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>30.095.130</b>	<b>24.673.769</b>	<b>21,97%</b>
Execução orçamental	25.475.364	20.065.163	26,96%
Operações de tesouraria	4.619.766	4.608.606	0,24%
<b>Receitas orçamentais</b>	<b>83.103.219</b>	<b>79.793.528</b>	<b>4,15%</b>
Correntes	80.691.352	78.388.098	2,94%
Capital	2.405.016	1.350.564	78,07%
Outras	6.851	54.866	-87,51%
<b>PAGAMENTOS</b>			
<b>Despesas orçamentais</b>	<b>82.620.342</b>	<b>74.389.434</b>	<b>11,06%</b>
Correntes	54.440.645	51.303.547	6,11%
Capital	28.179.697	23.085.888	22,06%
<b>Saldo final</b>	<b>30.814.560</b>	<b>30.095.356</b>	<b>2,39%</b>
Execução orçamental	25.958.241	25.469.257	1,92%
Operações de tesouraria	4.856.319	4.626.099	4,98%

Un:Euros

Focando-nos na natureza dos movimentos financeiros do grupo municipal, ocorridos na gerência de 2017, é observável o seguinte:

- As entradas de fundos com origem em receitas orçamentais ascenderam a 83.103.219 €, tendo 80.691.352€ origem em atividade de natureza corrente e 2.405.016 € de natureza de capital, correspondendo o remanescente (6.851 €) às reposições não abatidas nos pagamentos da entidade mãe e, residualmente, dos SMAS.
- As saídas de fundos totalizaram 82.620.342 €, das quais 54.440.645 € foram para pagamentos de despesas correntes e 28.179.697 € de capital.

É verificável, entre os dois exercícios, um ligeiro aumento do saldo das operações orçamentais do grupo - aproximadamente (+) 2%.

O valor contabilizado em Títulos Negociáveis respeita na íntegra, uma vez mais e à semelhança do que sucedeu em exercícios anteriores, a aplicações efetuadas pela empresa Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M. em Outras Aplicações de Tesouraria.

### Dívidas de terceiros

Os valores brutos correspondentes a créditos detidos pelo Grupo Municipal sobre terceiros (externos ao grupo), bem assim como as provisões associadas aparte estes créditos que apresenta risco de cobrança (nos termos em que detalhadamente se expõe na alínea a) da nota 8.2.7 deste relatório) podem apresentar-se desdobrados da seguinte forma:

**Quadro 5**

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL									
ATIVO BRUTO									
	2017				2016				Variação 2017/2016
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido		Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido		
			Valor	Peso %			Valor	Peso %	
Empréstimos Concedidos	68.089	0	68.089	1,07%	71.419	0	71.419	1,27%	-4,66%
Client./Contrib./Utentes c/c (incluindo de cobrança duvidosa)	14.225.295	9.236.402	4.988.893	78,21%	13.035.978	9.121.058	3.914.920	69,35%	27,43%
Adiantamentos a Fornecedores	35.739	0	35.739	0,56%	23.803	0	23.803	0,42%	50,14%
Estado e Outros Entes Públicos	328.595	0	328.595	5,15%	425.740	0	425.740	7,54%	-22,82%
Outros Devedores (incluindo de cobrança duvidosa)	3.042.932	2.085.234	957.699	15,01%	2.843.609	1.634.000	1.209.609	21,43%	-20,83%
<b>TOTAL</b>	<b>17.700.650</b>	<b>11.321.635</b>	<b>6.379.015</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.400.548</b>	<b>10.755.058</b>	<b>5.645.490</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,99%</b>

Un.:Euros

O ativo do grupo municipal apresenta como Dívidas de Terceiros (valores brutos) a quantia de 17.700.650 €, a que corresponde, em termos líquidos, um saldo de 6.379.015 € - em consequência direta da constituição de provisões por aproximadamente dois terços dos valores de créditos sobre terceiros considerados de risco, temática esta devidamente explicada na respetiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

Entre os dois períodos em comparação, os saldos líquidos de dívidas de terceiros crescem aproximadamente (+) 13% - aumentando os valores brutos contabilizados do grupo de (+) 7,93%.

No que respeita às dívidas de cobrança duvidosa, foram constituídas provisões até ao momento do reporte no valor de 11.321.635 €, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis. Em termos



líquidos, o saldo de terceiros aumenta (+) 733.525 € entre 2016 e 2017, contrariando a evolução verificada na esfera individual de atividade do Município.

Da análise do Quadro 5, sobressai o aumento dos saldos de Clientes, Contribuintes e Utentes (por 1.073.974 €), com um crescimento observável de 27%.

Com contributos residuais, aumenta ainda a rubrica de Adiantamentos a Fornecedores do grupo – (+) 11.936 € -, diminuindo os itens de Outros devedores, Estado e Outros Entes Públicos e Empréstimos Concedidos, com variações respetivamente de (-) 251.910 €, (-) 97.144 € e (-) 3.330 €.

Uma nota final à apreciação do Ativo Circulante, e em particular das Dívidas de Terceiros, dedicada aos Empréstimos Concedidos, dando conta de que respeitam exclusivamente a empréstimos concedidos para financiamento e apoio às micro e pequenas empresas no Concelho da Maia no âmbito do Programa Finicia, ao abrigo do Protocolo Financeiro e de Cooperação celebrado pelo Município da Maia, enquanto entidade individual, incluindo ainda a parceria de uma Instituição de Crédito. Esta rubrica observou uma diminuição de (-) 4,66%.

#### Acréscimos e diferimentos ativos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, foram contabilizados no próprio exercício de 2017 (mais precisamente nas rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos) os custos e proveitos que nele foram incorridos ou obtidos, independentemente do momento (posterior) em que tenha acontecido o seu pagamento ou recebimento; daqui resultou uma quantificação dos acréscimos e diferimentos ativos como se apresenta no Quadro 6, que segue.

**Quadro 6**

ATIVO		
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO		
	2017	2016
	<b>5.248.982</b>	<b>6.382.489</b>
Acréscimos de Proveitos	5.164.246	6.255.753
Custos Diferidos	60.289	51.743
Ativos por Impostos Diferidos	24.446	74.993

Un:Euros

Os ativos por impostos diferidos correspondem direta e exclusivamente às diferenças temporárias dedutíveis na Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.

#### PASSIVO

O passivo consolidado do grupo municipal ascende, no exercício objeto do presente reporte, a 160.247.409 €, decompondo-se este como segue: pela maior parte, respondem as Dívidas a Terceiros do Grupo Municipal, com um contributo de 88.950.627 € (56% do Passivo Total), a que seguem (em termos de materialidade) os Acréscimos e Diferimentos Passivos, com 67.721.454 € e as Provisões para Riscos e Encargos, que totalizam 3.575.328 €.

---

Em linha com a evolução do passivo da empresa mãe (e ainda que o conjunto das participadas contrarie uma pequena parte dessa variação), é mantida a tendência que já vinha a ser observada no passado recente de diminuição do passivo – desta feita de (-) 5,11%.

Remete-se neste âmbito para a explicação detalhada da análise da dívida do Município, integrada em capítulo próprio do Relatório de Gestão das Contas Individuais.

### **Dívidas a Terceiros**

Em matéria de endividamento autárquico consolidado, é notório no exercício o esforço contínuo conducente à contenção da dívida para com terceiros, em geral, mantendo-se a tendência de diminuição do valor do passivo total.

As dívidas a terceiros do grupo como um todo condicionam sempre, em grande medida e em razão da sua representatividade, o comportamento do próprio Passivo; este exercício não é exceção: a diminuição das Dívidas a Terceiros justifica, sozinha, aproximadamente 70% da diminuição registada no passivo global.

Em particular, denota-se a variação observada nas dívidas a terceiros de médio e longo prazo, (-) 8.849.995 €, correspondente a uma redução de (-) 12,53% face ao valor contabilizado no período homólogo.

Dedicando a este tema maior pormenor, pela importância de que se reveste, segue incluso quadro de análise detalhada das Dívidas a Terceiros do Grupo Municipal.

### Quadro 7

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL (*)					
	2017	Peso	2016	Peso	Varição 2017/2016
<b>Dividas a Terceiros de Médio e Longo Prazo</b>					
Empréstimos de médio e longo prazo	30.096.858	33,84%	36.472.553	38,39%	-17,48%
Fornecedores c/c - mlp	17.090.948	19,21%	17.672.976	18,60%	-3,29%
Fornecedores de Imobilizado mlp	241.628	0,27%	288.467	0,30%	-16,24%
Fornecedores de Imobilizado - Credores das Administrações Públicas FAM - MLP	1.281.557	1,44%	1.708.743	1,80%	-25,00%
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendias MLP	13.083.415	14,71%	14.501.661	15,26%	-9,78%
<b>Sub-Total</b>	<b>61.794.405</b>	<b>69,47%</b>	<b>70.644.400</b>	<b>74,35%</b>	<b>-12,53%</b>
<b>Dividas a Terceiros de Curto Prazo</b>					
Amortizações de MLP exigíveis no Curto Prazo					-
Empréstimos de mlp - Amortizações exigíveis a c/p	5.597.857	6,29%	5.966.795	6,28%	-6,18%
Fornecedores c/c, mlp - Amortizações exigíveis a c/p	582.029	0,65%	557.435	0,59%	4,41%
Fornecedores de Imobilizado mlp - Amortizações exigíveis a c/p	0	0,00%	52.866	0,06%	-100,00%
Fornecedores de Imobilizado - Credores das Administrações Públicas FAM - Curto Prazo	427.186	0,48%	427.186	0,45%	0,00%
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendias CP	1.418.408	1,59%	1.299.478	1,37%	9,15%
Empréstimos de curto prazo	0	0,00%	0	0,00%	-
Adiantamentos por conta de vendas	8.164	0,01%	8.164	0,01%	0,00%
Fornecedores c/c ( incluindo faturas em receção e conferência)	7.712.771	8,67%	6.250.200	6,58%	23,40%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	782.921	0,88%	139.984	0,15%	459,29%
Fornecedores de Imobilizado ( incluindo faturas em receção e conferência)	1.533.919	1,72%	1.297.002	1,37%	18,27%
Estado e Outros Entes Públicos:	776.632	0,87%	680.653	0,72%	14,10%
Clientes e Utentes c/ cauções	2.049.789	2,30%	1.925.695	2,03%	6,44%
Outros Credores	6.266.545	7,04%	5.762.380	6,06%	8,75%
<b>Sub-Total</b>	<b>27.156.222</b>	<b>30,53%</b>	<b>24.367.839</b>	<b>25,65%</b>	<b>11,44%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>88.950.627</b>	<b>100,00%</b>	<b>95.012.239</b>	<b>100,00%</b>	<b>-6,38%</b>

Un.:Euros

Em linha com a evolução do Passivo como um todo, a dívida a terceiros do grupo municipal no final de 2017 reduz-se face ao observado no comparativo (pelas razões a que se aludiu anteriormente à apresentação do Quadro), alcançando o montante de 88.950.627 €, (-) 6.061.612 € do que em 2016, a que corresponde uma diminuição de (-) 6,38 %. Neste exercício, mantém-se a trajetória de diminuição do Passivo desde há muito iniciada pelo grupo.

Quando apreciadas individualmente as dívidas de curto e de médio e longo prazo, de acordo com a sua exigibilidade (como se apresenta no balanço), esta diminuição da dívida consolidada é sobretudo justificada pela redução de (-) 8.849.995 € no endividamento de médio e longo prazo (que, no fecho de 2016 se cifrava em 70.644.400 € e que no exercício em análise passa a 61.794.405 €).

A dívida a terceiros exigível no curto prazo, no valor de 27.156.222 €, surge ligeiramente aumentada relativamente ao exercício anterior - (+) 11,44%.

O Quadro 8 descreve a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal para a Dívida a Terceiros de Médio e Longo Prazo (por natureza), cujo montante é responsável por 78% das dívidas a terceiros.

### Quadro 8

DIVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL								
Descrição	2017			2016		Variação		
	Fornecedores c/c mp	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	Valor	Peso		Valor	Peso
Município da Maia	0	33.836.827	1.708.743	35.545.569	50,91%	42.661.386	54,04%	-16,68%
SMAS Maia	17.672.976	0	241.628	17.914.604	25,66%	18.518.878	23,46%	-3,26%
Empresa Metropolitana de Estacionamento	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%	-
Maiambiente	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%	-
Espaço Municipal	0	2.478.583	0	2.478.583	3,55%	2.692.448	3,41%	-7,94%
Fundação Conservatório de Música da Maia	0	78.239	0	78.239	0,11%	107.559	0,14%	-27,26%
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	0	0	0	0	0,00%	370.000	0,47%	-100,00%
FEIF Maia Golfe	0	8.345.160	0	8.345.160	11,95%	8.345.160	10,57%	0,00%
FEIF Maia Imo	0	5.457.729	0	5.457.729	7,82%	6.252.729	7,92%	-12,71%
<b>TOTAL</b>	<b>17.672.976</b>	<b>50.196.539</b>	<b>1.950.371</b>	<b>69.819.885</b>	<b>100,00%</b>	<b>78.948.161</b>	<b>100,00%</b>	<b>-11,56%</b>

Un: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

De uma análise mais detalhada ao quadro apresentado supra, é possível concluir que a maioria do endividamento de médio e longo prazo do grupo advém da Câmara Municipal (aproximadamente metade do valor apurado total), seguido pelo SMAS, que contribui com 25,66% (montante que respeita à dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988) e, logo depois, pelos Fundos de Investimento Imobiliário Maia Golfe e Maia Imo, que conjuntamente representam 19,77%. Espaço Municipal e Fundação Conservatório de Música da Maia respondem pelo restante num total de 3,66%.

A título complementar insere-se o Quadro 9 representativo da composição da dívida desta natureza (independentemente da sua exigibilidade) projetado para o final da gerência subsequente (2018), assim se concretizem as amortizações exigíveis a curto prazo que agora se estimam; perspectiva-se uma redução aproximada do seu valor em (-) 19%.

De notar ainda que na projeção da dívida de médio e longo prazo a 31 de dezembro de 2018 se considerou, além das amortizações correntes (contempladas no Balanço), duas variáveis que, corretamente, não se encontravam refletidas contabilisticamente a 31 de dezembro de 2017:

1. O impacto do processo de dissolução e liquidação do FII Maia Golfe e do contrato de financiamento decorrente da assunção da posição contratual deste no contrato de empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, no valor de 7.976.880,48 €, cuja concretização aguarda conclusão dos procedimentos administrativos inerentes à celebração da respetiva escritura, e cujas condições apontam para um capital em dívida no final da gerência de 2018 de apenas 3.988.440 €;
2. O impacto decorrente da Lei do Orçamento do Estado para 2018 (que altera, entre outros, o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) diminuindo, por força de lei, o valor subscrito do Fundo de Apoio Municipal, entre 31 de dezembro de 2017 e 1 de janeiro de 2018, de 1.708.743 € para 640.779 €. Pelos motivos expostos (cujos impactos serão sentidos no decurso de 2018), não pode ser direta a transposição dos valores constantes do quadro seguinte para o modo como são apresentados no Balanço.

## Quadro 9

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL			
Descrição	Capital em Dívida a 31/12/2017	Variações do período na Dívida MLP	Capital em Dívida a 31/12/2018
<b>Município</b>			
Empréstimos de Médio e Longo Prazo			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	1.335.379	-1.335.379	0
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	966.765	-966.765	0
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	1.505.464	-1.003.643	501.821
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI - Tecmaia	6.133.333	-1.022.222	5.111.111
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	4.033.301	-334.168	3.699.133
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	7.828.011	-904.860	6.923.151
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	0	0	0
Credores das Administrações Públicas FAM (a)	1.708.743	-1.388.353	320.390
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	12.034.573	-1.177.102	10.857.471
Assunção da Posição Contratual do Empréstimo bancário com a CGD no montante de 7.976.880,48, no âmbito do processo de dissolução do FEIF Maia Golfe	0	3.988.440	3.988.440
	<b>35.545.569</b>	<b>-4.144.053</b>	<b>31.401.517</b>
<b>Espaço Municipal</b>			
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	2.467.250	-241.306	2.225.944
Locações Financ. - Crédito Agrícola Leasing Contrato 10-NX-91	0	0	0
Locações Financ. - Crédito Agrícola Leasing Contrato 10-NX-90	0	0	0
Locações Financ. - CGD - Contrato 1000095442	11.333	-5.001	6.332
	<b>2.478.583</b>	<b>-246.307</b>	<b>2.232.276</b>
<b>SMAS</b>			
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	17.672.976	-582.029	17.090.948
Fornecedores Imobilizado c/ cauções	241.628	0	241.628
	<b>17.914.604</b>	<b>-582.029</b>	<b>17.332.575</b>
<b>Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia</b>			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Banco Comercial Português	0	0	0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fundação Conservatório de Música da Maia</b>			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 56057827440	23.936	-7.899	16.037
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 56059282118	54.304	-17.920	36.383
	<b>78.239</b>	<b>-25.819</b>	<b>52.420</b>
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe</b>			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	8.345.160	-8.345.160	0
	<b>8.345.160</b>	<b>-8.345.160</b>	<b>0</b>
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo</b>			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	5.457.729	0	5.457.729
	<b>5.457.729</b>	<b>0</b>	<b>5.457.729</b>
<b>Total .....</b>	<b>69.819.885</b>	<b>-13.343.367</b>	<b>56.476.518</b>

Un.: Euros

(a) Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018 (que altera, entre outros, o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) foi modificada a subscrição do capital social do FAM, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios. Daqui resulta uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia em 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, em 25%, 50%, 75% e 100%. Conclui-se, por isso, que a parcela da participação no FAM que se encontra por realizar passará, em 2018, de 1.708.743 € (valor registado no fecho de 2017) para 640.779 €

### Acréscimos e Diferimentos Passivos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão também no passivo do balanço e nos mesmos moldes já referidos na apreciação dos acréscimos e diferimentos ativos, das rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

## Quadro 10

### PASSIVO

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO		
	2017	2016
	<b>67.721.454</b>	<b>69.330.177</b>
Acréscimos de Custos	5.093.964	4.984.080
Proveitos Diferidos	62.627.491	64.346.097

Un:Euros

Para os Proveitos Diferidos que se quantificam em 62.627.491 € contribuem, em grande parte, os subsídios para investimentos (58.154.420 €), no qual pesam sobretudo os contributos do Município e dos SMAS, a título de participações, oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-Programa para o efeito celebrados. Os valores aqui considerados são depois paulatinamente transferidos para proveitos do período, ao ritmo a que são contabilizadas as amortizações dos ativos financiados.

A rubrica de Acréscimos de Custos apresenta um aumento entre os dois períodos que se quantifica em 109.884 €, corresponde a um crescimento de 2,2%. Nesta rubrica pesam, desde logo, as especializações feitas relativamente às férias e subsídios de férias pagáveis em 2018, cálculos feitos nos termos das disposições legais vigentes.

## FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal totalizam, no final de 2017, 345.885.380 €, observando um aumento por comparação com o ano anterior de (+) 2,83%, em consequência do aumento generalizado de todas as parcelas que o compõem, à exceção do Resultado Líquido do Período e dos Interesses Minoritários (diretamente indexados à performance da Tecmaia).

A diferença existente entre os Fundos Próprios e Resultados totais apresentados nas contas consolidadas e os Fundos Próprios (e Resultados) constantes das contas individuais do Município assenta em particular nos seguintes fatores:

- Integração das contas dos SMAS no Consolidado do Grupo Municipal, não estando os ativos líquidos de passivos refletidos nas contas individuais do Município;
- Diferenças nas políticas contabilísticas adotadas pelas diferentes participadas, e consideradas no Método de Equivalência Patrimonial, face àquelas que são adotadas nas contas consolidadas, tal como apresentado na nota 8.2.7 dos Anexos às Demonstrações Consolidadas Financeiras.

Aqui se dá uma última nota à rubrica de *Interesses Não Controlados*, representativa, genericamente, da parte do resultado de 2017 e dos ativos líquidos do Tecmaia (após tratamento de harmonização contabilística com vista à consolidação) atribuível a interesses de capital próprio de 49% que não são detidos pelo Município da Maia – à semelhança do que sucedeu em contas consolidadas do grupo de exercícios anteriores.

2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS





### Quadro 11

<b>DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS</b>			
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Varição</b>
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	5.774.525	5.218.599	10,65%
Fornecimento e Serviços Externos	28.630.354	26.825.920	6,73%
Custos com Pessoal	25.335.368	25.797.004	-1,79%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	3.727.985	3.342.842	11,52%
Amortizações do Exercício	20.185.200	20.100.151	0,42%
Provisões do Exercício	1.044.714	1.368.117	-23,64%
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.141.469	1.416.298	-19,40%
<b>(A)</b>	<b>85.839.614</b>	<b>84.068.932</b>	<b>2,11%</b>
Custos e Perdas Financeiras	1.165.088	1.369.738	-14,94%
<b>(C)</b>	<b>87.004.703</b>	<b>85.438.670</b>	<b>1,83%</b>
Custos e Perdas Extraordinárias	5.536.969	2.819.290	96,40%
<b>(E)</b>	<b>92.541.672</b>	<b>88.257.959</b>	<b>4,85%</b>
Imposto Estimado	75.590	155.497	-51,39%
<b>(G)</b>	<b>92.617.261</b>	<b>88.413.457</b>	<b>4,75%</b>
Interesses não controlados	-179.172	-538.605	66,73%
<b>Resultado líquido do exercício atribuível ao Município</b>	<b>6.731.269</b>	<b>12.100.691</b>	<b>-44,37%</b>
	<b>99.348.531</b>	<b>100.514.148</b>	<b>-1,16%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Vendas e Prestação de Serviços	34.260.812	33.130.439	3,41%
Impostos e Taxas	41.672.378	42.914.152	-2,89%
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0	-
Proveitos Suplementares	115.404	221.102	-47,80%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.263.923	15.896.007	-3,98%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	6.514	10.404	-37,39%
<b>(B)</b>	<b>91.319.031</b>	<b>92.172.104</b>	<b>-0,93%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	280.891	252.098	11,42%
<b>(D)</b>	<b>91.599.922</b>	<b>92.424.202</b>	<b>-0,89%</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	7.569.436	7.551.342	0,24%
<b>(F)</b>	<b>99.169.359</b>	<b>99.975.543</b>	<b>-0,81%</b>
<b>RESUMO</b>			
<b>Resultados Operacionais antes das amortizações e provisões</b>	<b>26.709.330</b>	<b>29.571.440</b>	<b>-9,68%</b>
<b>Resultados Operacionais após das amortizações e provisões: (B-A)</b>	<b>5.479.417</b>	<b>8.103.172</b>	<b>-32,38%</b>
<b>Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)</b>	<b>-884.197</b>	<b>-1.117.640</b>	<b>20,89%</b>
<b>Resultados Correntes: (D-C)</b>	<b>4.595.220</b>	<b>6.985.532</b>	<b>-34,22%</b>
<b>Resultados antes de imposto: (F-E)</b>	<b>6.627.687</b>	<b>11.717.584</b>	<b>-43,44%</b>
<b>Resultados Líquido do Exercício: (F-G)</b>	<b>6.552.097</b>	<b>11.562.087</b>	<b>-43,33%</b>
<b>Resultado Líquido do período atribuível:</b>			
Município da Maia	6.731.269	12.100.691	-44,37%
Interesses não controlados	-179.172	-538.605	66,73%

Un.:Euros

Conforme se conclui da Demonstração Consolidada de Resultados, o Grupo Municipal apura, uma vez mais, resultados operacionais antes de amortizações e provisões positivos, no valor de (+) 26.709.330 € - (-) 2.862.110 € do que em 2016, exibindo uma deterioração de (-) 9,68%.

O resultado líquido do exercício de novo se cifra positivo, ascendendo a 6.552.097 €, perdendo cerca de 43% face ao registado no anterior.

Verifica-se que, em sentido oposto, os Resultados Financeiros melhoram entre os dois períodos em comparação: aumentam em valor absoluto (+) 233.443 €, persistindo contudo negativos, e perfazem em 2017 (-) 884.197 €. A variação dos Resultados Correntes conjuga assim estes dois efeitos, refletindo a variação de maior materialidade ocorrida nos Resultados Operacionais, assim acompanhando estes na deterioração ocorrida entre os dois períodos.

Analisando em detalhe os custos e perdas operacionais, permanecem as componentes com maior representatividade os Fornecimentos e Serviços Externos e as Despesas com Pessoal que totalizam em 2017 respetivamente 28.630.354 € e 25.335.368 €, a que corresponde uma ponderação nos custos operacionais totais respetivamente de 33% e 30% (numa ordem de grandeza que se aproxima à do exercício transato).

A diminuição observada ao nível do Pessoal reflete em grande parte o comportamento da mesma variável já observado nas contas individuais do Município (devido à rescisão do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia). Por seu turno, o comportamento dos Fornecimentos e Serviços Externos segue um rumo diametralmente oposto ao das contas individuais do Município, uma vez que regista um aumento de (+) 1.804.434 €, impacto advindo, em grande parte, da empresa Espaço Municipal, relativo às obras de conservação efetuadas nos empreendimentos de habitação social.

Permanecendo como terceira rubrica de custos com maior ponderação, apresentam-se com carácter relativamente estável as Amortizações do Exercício, que aumentam (+) 0,42% entre os dois períodos, acabando por cifrar-se no final de 2017 em 20.185.200 €.

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, as Provisões do Exercício e os Outros Custos e Perdas Operacionais totalizam, conjuntamente, menos do que qualquer das componentes de custos anteriormente analisadas donde, sem prejuízo de que seja feita também uma análise de maior pormenor, qualquer variação ocorrida ao nível destas rubricas teve, no período, um impacto negligenciável na variação dos resultados.

As Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais registam um aumento em 2017 de (+) 385.143 € - o que não surpreende, se se considerar que ao nível do relato individual às contas do Município, reportado ao mesmo ano, esta rubrica aumentava 2.759.723 € (o que incluía necessariamente transferências com destino(s) intra-grupo, entretanto anuladas no decurso do processo contabilístico de consolidação de contas municipais).

Permanecendo uma vez mais com representatividade residual, figuram ainda os Outros Custos e Perdas e Operacionais que ascendem a 1.141.469 €, diminuindo (-) 274.829 € entre os dois exercícios.

Por último, as Provisões do Exercício, contrariamente ao observado na esfera individual da consolidante, diminuem entre os dois exercícios em comparação, (-) 323.403 €. Parte relevante desta variação é explicada diretamente pela evolução das Provisões do Exercício contabilizadas pelas participadas que, diminuindo significativamente no exercício (Espaço Municipal, Tecmaia e SMAS, para citar as que têm maior contributo para esta variação), vêem esse efeito apenas parcialmente compensado pela variação de sentido contrário registada na mãe. Acresce que, por efeito da harmonização de critérios subjacente ao processo de consolidação, são ainda as referidas Provisões objeto de recálculo e correção, com vista ao apuramento do montante que seria registado nos termos e de acordo com os mesmos critérios em que

o Município o faria. Das diferenças entre os ajustamentos efetuados nos dois períodos conducente à normalização de critérios, resulta uma diminuição adicional que, no caso particular da Espaço Municipal chega mesmo a alcançar os (-) 234.880,35 €.

No âmbito dos Proveitos e Ganhos Operacionais, permanece a estrutura de distribuição das rubricas por ordem de grandeza de valores contabilizados no exercício substancialmente inalterada face a 2016: em primeiro lugar figuram os Impostos e Taxas, seguidos dos proveitos advindos de Vendas e Prestação de Serviços, e logo depois das Transferências e Subsídios Obtidos. Estas três parcelas representam, de per si, 99,9 % dos Proveitos Operacionais.

A rubrica com maior contributo para a formação do resultado continua a ser a de Impostos e Taxas, que se assume como a maior fonte de receita municipal, com um peso que no período excede os 45% dos ganhos totais operacionais do grupo e que diminui (-) 1.241.774 € - consequência direta da variação da receita arrecadada pelo Município referente a impostos, designadamente e como se viu em sede de relato individual, relacionada com o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis.

Pelo contrário, observa um aumento digno de registo a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços do Grupo (pesam agora 38% nos proveitos operacionais totais), que se cifrou no fim de 2017 em 34.260.812 €, aumentando (+) 1.130.374 € face a 2016.

As Transferências e Subsídios Obtidos conhecem, contrariamente às parcelas anteriores uma diminuição em valor absoluto de (-) 632.084 €, (-) 3,98% em relação ao ano transato, explicada em grande parte pela performance da entidade consolidante, que detém um contributo para esta rubrica com uma ponderação esmagadora de quase 100%.

O comportamento do resultado operacional, (-) 2.623.755 €, fica assim a dever-se genericamente ao facto de serem conjugados dois efeitos no mesmo sentido: se, por um lado, diminuem os proveitos e ganhos operacionais, (-) 853.073 €, por outro aumentam simultaneamente os custos e perdas de idêntica natureza, no montante de (+) 1.770.683 €.

Esta deterioração do resultado operacional acaba por ser apenas parcialmente neutralizada pela performance dos resultados financeiros, que permanecendo negativos melhoram a sua posição face ao exercício anterior em (+) 233.443 €. Daqui resulta que o resultado corrente sai também ele agravado em (-) 2.390.313 €, cifrando-se em 2017 ainda positivos em (+) 4.595.220 €.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros registam uma variação positiva de (+) 11,42% face ao observado em 2016. A variação observada do lado dos Custos e Perdas Financeiras (negativa) acaba por reforçar o efeito decorrente da variação anterior: à diminuição dos custos desta natureza que se cifra em (-) 204.650 €, acresce o aumento de proveitos de idêntica natureza que ascende a (+) 28.793 €. Daqui resulta inequivocamente uma melhoria da performance do grupo, ao nível da sua atividade de cariz financeiro, permanecendo contudo o resultado correspondente a esta natureza de atividade ainda negativo no exercício, no montante de (-) 884.197 €.

Os Resultados Extraordinários sofrem também alterações apreciáveis entre os dois exercícios em apreço, aumentam os proveitos, (+) 18.095 €, e aumentando com muito maior expressão os custos da mesma natureza, (+) 2.717.679 €. Daqui resulta um Resultado Extraordinário positivo, com menor impacto, em termos de contributo para a formação do resultado líquido, do que o que se verificou no exercício em comparação: em 2016 representava 41% deste, enquanto em 2017 essa proporção passa a 31%. Fica a

---

dever-se, o aumento dos custos extraordinários do grupo, à performance individual da entidade consolidante, facto a que amplamente se dedicou espaço de análise em sede de relatório individual às contas respetivas.

Contrariamente ao sucedido no exercício precedente, o Resultado Extraordinário acaba por reforçar o comportamento do resultado corrente (que, como já se referiu em momento anterior, se cifrou positivo), amplificando assim a expressão e o sinal do resultado líquido do período.

Adiante neste relatório dedicar-se-á aos Resultados Financeiros e Extraordinários análise mais detalhada, constante em pontos próprios inseridos nas Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA



Quadro 12

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES			2017		2016		Varição (2017/2016)	OBSERVAÇÕES
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	345 885 380	215,84%	336 359 183	199,18%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidência se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
			Passivo	160 247 409		168 874 665		
		Solvabilidade II	Activo Líquido	506 132 790	315,84%	505 233 848	299,18%	
	Passivo	160 247 409	168 874 665					
3	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	345 885 380	68,34%	336 359 183	66,57%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.	
		Activo Líquido	506 132 790		505 233 848			
4	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Activo Circulante	38 155 431	140,50%	36 602 001	150,21%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências (Nota não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
			Passivo Circulante	27 156 222		24 367 839		
5	Liquidez Imediata	Disponibilidades	30 814 560	113,47%	30 095 356	123,50%	É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%	
		Passivo Circulante	27 156 222		24 367 839			
6	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	407 679 786	88,10%	407 003 583	88,05%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
			Imobilizado Líquido	462 728 377		462 249 358		
7	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	462 728 377	91,42%	462 249 358	91,49%	Permite aferir da importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.	
		Activo Líquido	506 132 790		505 233 848			

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES		2017		2016		Varição (2017/2016)	OBSERVAÇÕES		
8	Endividamento	Passivo	160 247 409	31,66%	168 874 665	33,43%	-5,28%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.	
		Activo Líquido	506 132 790		505 233 848				
	9	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	61 794 405	12,21%	70 644 400	13,98%	-12,68%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
			Activo Líquido	506 132 790		505 233 848			
	10	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	30 096 858	5,95%	36 472 553	7,22%	-17,63%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	506 132 790		505 233 848			
	11	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	27 156 222	5,37%	24 367 839	4,82%	11,24%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.
			Activo Líquido	506 132 790		505 233 848			
	12	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0	0,00%	0	0,00%	-	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	506 132 790		505 233 848			
	13	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	61 794 405	38,56%	70 644 400	41,83%	-7,82%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
			Passivo	160 247 409		168 874 665			
	14	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	27 156 222	16,95%	24 367 839	14,43%	17,44%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.
			Passivo	160 247 409		168 874 665			



INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES		2017		2016		Varição (2017/2016)	OBSERVAÇÕES
15	Peso das despesas com pessoal	Custos com Pessoal	25 335 368	27,38%	25 797 004	29,23%	Exprime o peso das despesas com pessoal no total dos custos da estrutura.
		Total de Custos	92 541 672		88 257 959		
	Peso das Transferências e Subsídios	Transferências e Subsídios	3 727 985	4,03%	3 342 842	3,79%	Exprime o peso dos subsídios e das transferências no total dos custos da estrutura
		Total de Custos	92 541 672		88 257 959		
17	Peso dos Fornecimentos e Serviços Externos	FSE	28 630 354	30,94%	26 825 920	30,39%	Exprime o peso dos fornecimentos e serviços externos no total dos custos da estrutura.
		Total de Custos	92 541 672		88 257 959		
18	Peso dos custos Financeiros	Custos Financeiros	1 165 088	1,26%	1 369 738	1,55%	Exprime o peso dos custos financeiros no total dos custos da estrutura.
		Total de Custos	92 541 672		88 257 959		



2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS



2017



BALANÇO



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO  
CONSOLIDADA DE RESULTADOS



## 8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

### 8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

#### a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

**Quadro 13**

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO									
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão		N.º Médio de Trabalhadores			
				Detenção da Totalidade do Capital		2017		2016	
				Directa	Indirecta	N.º	N.º	Categorias	
Município	505 387 131	Praça Dr. José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia	Administração Local	100%	-	1000	978		
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M	504 830 783	Praça Dr. José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia	Gestão e planeamento do estacionamento automóvel público municipal	100%	-	21	21		
MAI AMBIENTE - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	505 060 868	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Milheirós 4475-302 Maia	Remoção dos resíduos sólidos urbanos	100%	-	126	128		
ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M	505 462 583	Rua Dr. Carlos Felgueiras, n.º 181 4470-157 Maia	Promoção Imobiliária / Gestão de Rendas	100%	-	26	25		
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA	680 015 124	Rua Dr. Carlos Felgueiras 4471-909 Maia	Distribuição de Água, recolha e tratamento de águas residuais	100%	-	156	155		
Fundação do Conservatório de Música da Maia	509 158 218	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Gestão de espaços municipais e atividades de natureza cultural e/ ou pedagógica (destaque para o Conservatório de Música da Maia)	100%	-	13	14	Vide Anexo V	
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.	504 569 244	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51,00%	-	0	1		
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504 475 606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11 - 3.º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica e projectos de internet e intranet; trabalho aéreo, consultoria e formação; comércio de dados.	4,64%	-	32	36		
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO	720 010 527	Av. João XXI, 63 - 2.º 1000-300 Lisboa	Gestão de uma carteira de valores e ativos (predominantemente imobiliários e sites no Município da Maia) com vista à sua valorização	100,00%	-	-	-		
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA GOLFE	720 009 502	Av. João XXI, 63 - 2.º 1000-300 Lisboa	Gestão de uma carteira de valores e ativos (predominantemente imobiliários e sites no Município da Maia) com vista à sua valorização	100,00%	-	-	-		

**b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:**

**Quadro 14**

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO (SOCIETÁRIAS)					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivos da Exclusão
Águas do Norte, S.A.	513 606 084	Praça 26 de Maio, 82 4810-539 Guimarães	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	1,28%	Não integra o SEL
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	501919 872	Rua de Salazares, n.º 842 4149-002 Porto	Promover a apoiar a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas que explorem negócios novos ou utilizem tecnologias inovadoras.	0,22%	Não detida a 100%
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Avenida Femão Magalhães, n.º 1862 - 7º 4350-158 Porto	Exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP	0,0001%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL	510 708 153	Rua da Estação s/n 4470-184 Maia	Conservação e educação ambiental, promoção da investigação e preservação de recursos da fauna e flora	13,33%	Não detida a 100%
Águas do Douro e Paiva	514 310 774	Rua de Vilar n.º 235, 4050-626 Porto	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,71%	Não integra o SEL

**Quadro 15**

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO (NÃO SOCIETÁRIAS)					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão
Associação Nacional de Municípios	501627 413	Av. Mamoco e Sousa, n.º 52 3004-511 Coimbra	Defesa, promoção e dignificação do Poder Local	Quota Inicial de 4.340	Não integra o SEL
Área Metropolitana do Porto	502 823 305	Av. dos Aliados, n.º 236 - 1º 4000-065 Porto	Persecução de interesses municipais e intermunicipais	Quota Inicial de 19.917	Não integra o SEL
LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394 192	Rua da Morena, n.º 805 4435-996 Baguim do Monte	Gestão e Tratamento de Resíduos	Quota Inicial de 19.378	Não integra o SEL
Associação do Parque de Ciências e Tecnologia do Porto	502 772 271	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Gestão de um parque de ciência e tecnologia - promoção da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico	Quota Inicial de 10.000	Não detida a 100%
Fundação da Juventude	502 263 342	Rua das Flores, n.º 69 4050-265 Porto	Promoção da integração profissional de jovens	Quota Inicial de 24.940	Não integra o SEL
Fundação do Desporto	503 596 744	Rua Pascoal de Melo, n.º 1-5 1170 Lisboa	Promoção do desporto, em especial o de alta competição	Quota Inicial de 149.639	Não integra o SEL
Fundação de Serralves	502 266 643	Rua de Serralves, n.º 977/999	Promoção de actividades culturais no domínio de todas as artes.	Quota Inicial de 100.000	Não integra o SEL
AdePORTO- Agencia de Energia do Porto	507 886 550	Rua Infante D. Henrique, n.º 42 4050-297 Porto	Promoção da utilização racional da energia - planeamento e gestão da procura de energia, gestão ambiental articulada, promoção de boas práticas	Quota Inicial de 15.125	Não integra o SEL
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503 990 698	Av. Inferior Ponte D. Luís, n.º 55 4050-074 Porto	Promoção e desenvolvimento de actividades de cariz social, cultural e desportivo favorecedoras da coesão do sistema urbano da euro-região norte de Portugal - Galiza	Quota Inicial de 15.000	Não integra o SEL
Turismo do Porto e Norte Portugal, E.R.	508 905 435	Castelo de Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	Valorização turística da área territorial da NUT II-Norte, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos	Quota Inicial de 1.500	Não integra o SEL
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	513 409 130	Edifício do Centro de Negócios da Exponor Av. Dr. António Macedo Leça da Palmeira	Promoção do desenvolvimento local e regional e a dinamização do meio rural de forma integrada.	Quota Inicial de 10.000	Não integra o SEL



### 8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) **Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;**

Considerando o perímetro de consolidação definido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, as Demonstrações Financeiras (DF's) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

- b) **Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;**

Não aplicável.

- c) **Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.**

A composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação alterou-se em 2017 apenas pela saída da PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, E.M.T., S.A. – Em Liquidação, decorrente da conclusão do processo de dissolução e liquidação que se encontrava a decorrer, publicada no Portal da Justiça em 20 de novembro de 2017.

### 8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) **Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeito de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;**

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF's, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Ativos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldos entre estas mesmas entidades.

- b) **Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;**

Não aplicável.

- c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretarem custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;**

Todas as operações recíprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

- e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;**

Não aplicável.

- f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;**

Não se registaram quaisquer ajustamentos excecionais para fins exclusivamente fiscais.

- h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;**

Não aplicável.

#### **8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:**

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 46, n.º 1, da LFL ), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:**

### Quadro 16

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL													
Descrição	Município da Maia	SMAS Maia	EMEM	Maiambiente	Espaço Municipal	Fundação Conservatório de Música da Maia	TECMAIA (*)	FEIF Maia Golfe	FEIF Maia Imo	TOTAL	Grupo Público Consolidado		
											2017	2016	Variação
Fornecedores c/c mp	0	17.672.976	0	0	0	0	0	0	0	17.672.976	17.672.976	18.230.411	-3,06%
Empréstimos Obtidos	33.836.827	0	0	0	2.478.583	78.239	0	8.345.160	5.457.729	50.196.539	50.196.539	58.240.487	-13,81%
Fornecedor de Imobilizado	1.708.743	241.628	0	0	0	0	0	0	0	1.950.371	1.950.371	2.477.262	-21,27%
<b>Total</b>	<b>35.545.569</b>	<b>17.914.604</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.478.583</b>	<b>78.239</b>	<b>0</b>	<b>8.345.160</b>	<b>5.457.729</b>	<b>69.819.885</b>	<b>69.819.885</b>	<b>78.948.161</b>	<b>-11,56%</b>

Un/Euros

\* Não obstante o Município da Maia ser apenas responsável por 5% deste Passivo, por força do Método de Consolidação Integral o valor aqui refletido corresponde a 100% do mesmo.  
 NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

- a) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por natureza.

### Quadro 17

Código/designação das contas	Exigibilidade dos Passivos									
	Menos de 1 ano			[ 1 a 4 anos ]			Mais de 4 anos			TOTAL 2017
	2017	2016	Variação %	2017	2016	Variação %	2017	2016	Variação %	
<b>Município</b>										
Empréstimos de Médio e Longo Prazo										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	1.335.379	1.335.379	0,00%	0	1.335.379	-100,00%		0	-	1.335.379
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	966.765	966.765	0,00%	0	966.765	-100,00%		0	-	966.765
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	1.003.643	1.003.643	0,00%	501.821	1.505.464	-66,67%		0	-	1.505.464
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI - Tecmaia	1.022.222	1.022.222	0,00%	4.088.889	4.088.889	0,00%	1.022.222	2.044.444	-50,00%	6.133.333
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	334.168	326.162	2,45%	1.425.590	1.389.077	2,63%	2.273.543	2.644.224	-14,02%	4.033.301
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	904.860	902.948	0,21%	3.628.323	3.624.057	0,12%	3.294.828	4.204.195	-21,63%	7.828.011
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	0	52.866	-100,00%		0	-		0	-	0
Credores das Administrações Públicas-Fundo de Apoio Municipal (FAM)	427.186	427.186	0,00%	1.281.557	1.708.743	-25,00%		0	-	1.708.743
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	1.177.102	1.078.405	9,15%	5.421.115	5.291.912	2,44%	5.436.356	6.742.661	-19,37%	12.034.573
Assunção da Posição Contratual do Empréstimo bancário com a CGD no montante de 7.976.880,48, no âmbito do processo de dissolução do FEIF Maia	0	0	-	8.345.160	0	-		0	-	8.345.160
	<b>7.171.325</b>	<b>7.115.577</b>	<b>0,78%</b>	<b>24.692.455</b>	<b>19.910.286</b>	<b>24,02%</b>	<b>12.026.949</b>	<b>15.635.524</b>	<b>-23,08%</b>	<b>43.890.729</b>
<b>Espaço Municipal</b>										
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	241.306	221.073	9,15%	1.111.329	1.084.842	2,44%	1.114.615	1.382.246	-19,36%	2.467.250
Locações Financ. - Crédito Agrícola Leasing - Contrato 10-NX-91	0	2.143	-100,00%	0	0	-	0	0	-	0
Locações Financ. - Crédito Agrícola Leasing - Contrato 10-NX-90	0	2.143	-100,00%	0	0	-	0	0	-	0
Locações Financ. - CGD - Contrato 1000095442	5.001	-	-	6.332	-	-	0	-	-	11.333
	<b>246.307</b>	<b>225.360</b>	<b>9,30%</b>	<b>1.117.661</b>	<b>1.084.842</b>	<b>3,03%</b>	<b>1.114.615</b>	<b>1.382.246</b>	<b>-19,36%</b>	<b>2.478.583</b>
<b>SMAS</b>										
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	582.029	557.435	4,41%	2.603.493	2.496.986	4,27%	14.487.455	15.175.990	-4,54%	17.672.976
Fornecedores Imobilizado c/ cações	0	0	-	241.628	288.467	-16,24%		0	-	241.628
	<b>582.029</b>	<b>557.435</b>	<b>4,41%</b>	<b>2.845.120</b>	<b>2.785.453</b>	<b>2,14%</b>	<b>14.487.455</b>	<b>15.175.990</b>	<b>-4,54%</b>	<b>17.914.604</b>
<b>TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. (*)</b>										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Banco Comercial Português	0	370.000	-100,00%	0	0	-	0	0	-	0
	<b>0</b>	<b>370.000</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>
<b>Fundação Conservatório de Música da Maia</b>										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 56057827440	7.899	10.895	-27,50%	16.037	22.015	-27,15%	0	0	-	23.936
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 56059282118	17.920	24.493	-26,84%	36.383	50.156	-27,46%	0	0	-	54.304
	<b>25.819</b>	<b>35.389</b>	<b>-27,04%</b>	<b>52.420</b>	<b>72.170</b>	<b>-27,37%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>78.239</b>
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe</b>										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	0	0	-	0	8.345.160	-100,00%	0	0	-	0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>8.345.160</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo</b>										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	0	0	-	5.457.729	6.252.729	-12,71%	0	0	-	5.457.729
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>5.457.729</b>	<b>6.252.729</b>	<b>-12,71%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>5.457.729</b>
<b>Total</b>	<b>8.025.480</b>	<b>8.303.760</b>	<b>-3,35%</b>	<b>34.165.386</b>	<b>38.450.641</b>	<b>-11,14%</b>	<b>27.629.019</b>	<b>32.193.760</b>	<b>-14,18%</b>	<b>69.819.885</b>

Un/Euros

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - médio e longo prazos  
 \* Não obstante o Município da Maia ser apenas responsável por 5% deste passivo, por força da aplicação do Método de Consolidação Integral o valor aqui refletido corresponde a 100% do mesmo.

## 8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros da totalidade das transações ( art.º 75.º, n.º 7, alínea d) do RFALEI), desagregada por tipo.

O mapa dos saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público individual de cada uma das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação consta de anexo próprio de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (vide Anexo IV) inserindo-se de seguida apenas um mapa resumo em idênticos termos.

**Quadro 18**

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO										
ANO 2017										
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos				Direitos/Recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	228.493	6.806.359	0	6.799.777	235.076	228.493	6.806.359	0	6.799.777	235.076
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.481.178	6.873.549	0	6.806.359	1.548.368	1.481.178	6.873.549	0	6.806.359	1.548.368
Transferências	1.996	105.956	0	105.661	2.292	1.996	105.956	0	105.661	2.292
Subsídios	0	4.258.716	0	4.258.716	0	0	4.258.716	0	4.258.716	0
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Relações comerciais	184.384	1.406.049	286.904	1.159.958	143.571	184.384	1.406.049	286.904	1.159.958	143.571
Participações do capital em numerário	3.123.669	0	0	0	3.123.669	3.123.669	0	0	0	3.123.669
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0	0	0	14.133.152
Outros a)	863.769	184.845	28.987	278.960	740.667	863.769	184.845	28.987	278.960	740.667
<b>Total</b>	<b>20.016.641</b>	<b>19.635.475</b>	<b>315.891</b>	<b>19.409.431</b>	<b>19.926.795</b>	<b>20.016.641</b>	<b>19.635.475</b>	<b>315.891</b>	<b>19.409.431</b>	<b>19.926.795</b>

Un:Euros

**Quadro 19**

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2017							
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos				Saldo final		
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	2017	2016	Variação
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	228.493	6.806.359	0	6.799.777	235.076	228.493	2,88%
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.481.178	6.873.549	0	6.806.359	1.548.368	1.481.178	4,54%
Transferências	1.996	105.956	0	105.661	2.292	1.996	14,81%
Subsídios	0	4.258.716	0	4.258.716	0	0	-
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	184.384	1.406.049	286.904	1.159.958	143.571	184.384	-22,13%
Participações do capital em numerário	3.123.669	0	0	0	3.123.669	3.123.669	0,00%
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0,00%
Outros a)	863.769	184.845	28.987	278.960	740.667	863.769	-14,25%
<b>Total</b>	<b>20.016.641</b>	<b>19.635.475</b>	<b>315.891</b>	<b>19.409.431</b>	<b>19.926.795</b>	<b>20.016.641</b>	<b>-0,45%</b>

Un:Euros

## Quadro 20

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2017							
Tipo de fluxos	Direitos/Recebimentos				Saldo final		
	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	2017	2016	Variação
	Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	228.493	6.806.359	0	6.799.777	235.076	228.493
Transferências - TRSU facturadas aos municípes, por Pagar	1.481.178	6.873.549	0	6.806.359	1.548.368	1.481.178	4,54%
Transferências	1.996	105.956	0	105.661	2.292	1.996	14,81%
Subsídios	0	4.258.716	0	4.258.716	0	0	-
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	184.384	1.406.049	286.904	1.159.958	143.571	184.384	-22,13%
Participações do capital em numérico	3.123.669	0	0	0	3.123.669	3.123.669	0,00%
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0,00%
Outros a)	863.769	184.845	28.987	278.960	740.667	863.769	-14,25%
<b>Total</b>	<b>20.016.641</b>	<b>19.635.475</b>	<b>315.891</b>	<b>19.409.431</b>	<b>19.926.795</b>	<b>20.016.641</b>	<b>-0,45%</b>

Un: Euros

### 8.2.6. Informações relativas a compromissos:

- a) **Montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;**

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo Municipal encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

Existem Passivos Contingentes já divulgados nas contas individuais, com potencial impacto no Grupo Municipal, relacionados com os seguintes assuntos:

- O processo de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos habitação social, celebrado em 2004 com a empresa Espaço Municipal e com o facto de a Administração Tributária reclamar, em sede de IVA, juros compensatórios e de mora, o montante de cerca de 6.861.001 €;
- Processos judiciais em curso (Maria Beatriz Fonseca de Sousa Araújo e Irmãos Borges, S.A.), cujos valores das ações totalizam 10.438.209 €.

De notar ainda, no que concerne às participadas, a divulgação efetuada pela Comissão Liquidatária da Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, SA, EM Em Liquidação, no seu último relatório de liquidação conhecido (reportado a 30/11/2017), de passivos contingentes quantificados em 1.468.000 €.

**b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;**

**Quadro 21**

<b>GARANTIAS PRESTADAS</b>			
Descrição das garantias prestadas	Valor		Norma legal habilitante
	2017	2016	
<b>Município</b>			
Duas garantias, no valor unitário de 7.250.830 € indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal.	14.501.660	15.801.138	
Fórum da Maia prestado como garantia a favor do Ministério das Finanças em 2007 no âmbito do processo de execução fiscal existente, em consequência do Município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004.	5.175.787	5.175.787	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantia bancária prestada a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito do processo de IML, que com a celebração da escritura de dissolução e consequente liquidação do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "PRAÇA MAIOR", aprovada em reunião de Câmara de 15/02/016, passaram a ser da responsabilidade do Município.	a)	123.491	Código do Imposto de Selo
Garantias prestadas em 2005 a favor do ARHNORTE, IP - Administração da região Hidrográfica do Norte, IP	100.000	100.000	
Garantia prestada em 2005 a favor do EP - Estradas de Portugal	2.500	2.500	
<b>EMEM - Empresa de Estacionamento</b>	n.a	n.a	
<b>Maiambiente</b>			
Garantia para Agência Portuguesa Ambiente	10.000	10.000	Dec.- Lei n.º 147/2008 de 29 de Julho
<b>Espaço Municipal</b>			
Frações habitacionais prestadas como garantias a favor da Direcção Geral do Tesouro referente a liquidações adicionais das finanças relativamente a IVA e IRC dos anos de 2002 a 2008.	3.218.072	3.218.072	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
<b>Smas - Serviços Municipalizados</b>	n.a	n.a	
<b>Fundação Conservatório de Música da Maia</b>	n.a	n.a	
<b>TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.</b>	n.a	n.a	
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe</b>	n.a.	n.a.	
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo</b>	n.a.	n.a.	

Un: Euros

a) Processo extinto

**8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:**

**a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões:**

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

- **Imobilizado:**

Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo. Os ativos são depreciados pelo modelo por que se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE). As taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

Os investimentos financeiros em que o Município da Maia tem influência significativa bem como aqueles em que a lei impõe que se integre no perímetro de consolidação, independentemente da percentagem de participação (entidades conjuntamente controladas por diversas pessoas coletivas de direito público), encontram-se registados pelo método de equivalência patrimonial. As restantes entidades estão contabilizadas ao custo de aquisição. Os ativos e os passivos dos Fundos de Investimento Imobiliários foram reconhecidos tal como se tivessem sido adquiridos pelo Município de acordo com as regras do POCAL. Este tratamento, compatível com o preconizado pelas normas e práticas internacionais para as “*Special Purpose Entities*” assegura o reconhecimento do património dos fundos no Município de acordo com o POCAL.

- **Locações:**

Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Ativos no Balanço, no enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.

- **Existências:**

As existências encontram-se mensuradas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Como método de custeio das saídas é adotado o custo médio ponderado.

- **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**

A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.

As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

- **Empréstimos:**

Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

Quando aplicável, são capitalizados custos com empréstimos obtidos, para ativos que se qualificam, ou seja para ativos cujo tempo de produção seja substancial.
  - **Vendas e Prestações de Serviços:**

O réditto das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.
  - **Subsídios do Governo:**

O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento, ou seja no momento do pedido de pagamento.
  - **Impostos sobre o Rendimento:**

Os impostos são reconhecidos com base no acréscimo. Assim, das diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis resulta o reconhecimento de impostos diferidos.
  - **Aplicações de Tesouraria:**

Os instrumentos financeiros cotados em mercado regulamentado e com natureza de disponibilidades são apresentados ao menos entre o valor de mercado e o custo de aquisição.
  - **Provisões e Passivos Contingentes:**

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.

As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações presentes que decorrem de acontecimentos passados mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.
- b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.**

Não aplicável.

#### **8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:**

- a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;**

O valor apresentado na rubrica *Despesas de Instalação* é composto integralmente por registos contabilísticos do Município e respeita a valores associados à elaboração de plano pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho.

A rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento*, refere-se principalmente ao Desenvolvimento de Sistemas de Informação e do Portal da Maiambiente.



**b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões;**

**Quadro 22**

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e trf.	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</b>									
Terrenos e recursos naturais	21.144.601	188.129	280.000	0	26.696	0	22.661	0	21.662.088
Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	190.572.028	128.950	6.383	0	2.465.817	0	471.000	0	193.644.178
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.333.708	0	0	0	0	0	0	0	1.333.708
Outros Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	4.078.711	-187.791	4.263.098	0	-2.507.217	0	0	0	5.646.800
Adiantamentos por conta de bens de domínio p	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>217.129.048</b>	<b>129.287</b>	<b>4.549.481</b>	<b>0</b>	<b>-14.704</b>	<b>0</b>	<b>493.661</b>	<b>0</b>	<b>222.286.774</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>									
Despesas de instalação	1.632.514	0	167.280	0	0	0	0	0	1.799.794
Despesas de investigação e desenvolvimento	275.245	0	0	0	0	0	0	0	275.245
Propriedade industrial e outros direitos	1.946.333	0	76.425	0	76.804	1.749	0	0	2.097.813
Imobilizações em curso	366.675	-57.727	515.218	0	-76.804	0	0	0	747.362
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>4.220.767</b>	<b>-57.727</b>	<b>758.923</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.749</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.920.213</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>									
Terrenos e recursos naturais	65.703.943	991	1.900.000	142.894	714.869	0	-115.406	-1.324.853	69.386.356
Edifícios e outras construções	424.671.851	1.239.720	3.153.113	0	3.769.912	91.541	-1.529.287	-534.567	431.748.336
Equipamento básico	17.551.389	408	1.085.660	0	7.628	109.772	0	0	18.535.312
Equipamento de transporte	5.137.353	0	11.405	0	0	148.761	0	0	4.999.997
Ferramentas e utensílios	1.030.356	38	58.990	0	0	2.117	0	0	1.087.266
Equipamento administrativo	3.802.188	110	143.825	4.938	355	13.235	-8.804	0	3.919.501
Equipamento Informático e Software	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	15.209.352	0	703.409	0	145.083	36.035	-1.345	0	16.020.464
Imobilizações em curso	4.596.264	-22.790	7.002.022	0	-4.623.143	0	0	0	6.952.363
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	750.000	0	0	0	0	0	0	0	750.000
	<b>538.452.695</b>	<b>1.218.486</b>	<b>14.058.423</b>	<b>147.832</b>	<b>14.704</b>	<b>401.461</b>	<b>-1.654.842</b>	<b>-1.859.421</b>	<b>553.399.594</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>									
Partes de capital	2.343.995	231.102	60.000	0	0	0	0	164.242	2.470.855
Obrigações e títulos de participação	3.008.841	0	0	0	0	0	0	0	3.008.841
Investimentos em imóveis:	12.528.782	0	450.968	0	0	0	0	0	12.979.749
Terrenos e recursos naturais	3.230.637	0	128.155	0	0	0	0	0	3.358.792
Edifícios e outras construções	9.298.145	0	322.813	0	0	0	0	0	9.620.957
Outras aplicações financeiras:	5.473	496.462	442	0	0	0	0	496.462	5.914
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Títulos	5.473	496.462	442	0	0	0	0	496.462	5.914
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>17.887.090</b>	<b>727.563</b>	<b>511.409</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>660.704</b>	<b>18.465.359</b>
<b>Total .....</b>	<b>777.689.600</b>	<b>2.017.610</b>	<b>19.878.236</b>	<b>147.832</b>	<b>0</b>	<b>403.211</b>	<b>-1.161.181</b>	<b>-1.198.717</b>	<b>799.071.940</b>

Un:Euro

**Quadro 23**

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMINIO PUBLICO:</b>					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	127.109.728	9.283.698	0	0	136.393.426
Bens do património histórico, artístico e cu	171.971	12.757	0	0	184.728
Outros bens de domínio público				0	0
	<b>127.281.700</b>	<b>9.296.455</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>136.578.154</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>					
Despesas de instalação	1.598.006	34.607	0	0	1.632.613
Despesas de investigação e desenvolvim	275.245	0	0	0	275.245
Propriedade industrial e outros direitos	1.838.423	60.754	-1.749	0	1.897.428
	<b>3.711.675</b>	<b>95.361</b>	<b>-1.749</b>	<b>0</b>	<b>3.805.287</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	147.857.316	8.544.857	-277.612	0	156.124.560
Equipamento básico	14.709.601	636.863	-106.435	0	15.240.029
Equipamento de transporte	4.375.788	205.918	-166.241	0	4.415.465
Ferramentas e utensílios	988.553	34.000	-1.294	0	1.021.258
Equipamento administrativo	3.366.916	152.128	-15.372	0	3.503.672
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	12.227.222	435.801	-38.172	0	12.624.851
	<b>183.525.396</b>	<b>10.009.566</b>	<b>-605.127</b>	<b>0</b>	<b>192.929.836</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>					
Partes de capital	10.100	0	-100	0	10.000
Obrigações e títulos de participação	661	0	-458	0	203
Investimentos em imóveis:	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	2.770.126	249.958	0	0	3.020.084
Outras aplicações financeiras:	0	0	0	0	0
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0
Outros Títulos	0	0	0	0	0
	<b>2.780.887</b>	<b>249.958</b>	<b>-558</b>	<b>0</b>	<b>3.030.287</b>
<b>Total .....</b>	<b>317.299.657</b>	<b>19.651.340</b>	<b>-607.434</b>	<b>0</b>	<b>336.343.563</b>

Un:Euro

- c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;**

Não aplicável.

- d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;**

Não aplicável.

- e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;**

Não aplicável.

- f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;**

Não aplicável.

- g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;**

Não aplicável.

- h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;**

Não aplicável.

- i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;**

Não aplicável.

**j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:**

**Quadro 24**

ACTIVIDADE	2017				2016				Variação	
	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços
Cultura			0	0,00%			0	0,00%	-	-
Arrendamento		7.907.956	7.907.956	23,08%		7.653.472	7.653.472	23,10%	-	3,33%
Resíduos Sólidos	1.771	6.982.367	6.984.138	20,39%	5.603	6.749.297	6.754.899	20,39%	-68,38%	3,45%
Aluguer Parques e Estacionamento		463.418	463.418	1,35%		406.590	406.590	1,23%	-	13,98%
Consumo de Água e Saneamento	7.505.539	8.150.093	15.655.632	45,70%	7.026.896	7.579.054	14.605.949	44,09%	6,81%	7,53%
Propinas		65.884	65.884	0,19%		42.081	42.081	0,13%	-	56,56%
<b>Serviços Públicos</b>										
Desporto, Cultura e Lazer		1.396.345	1.396.345	4,08%		1.601.046	1.601.046	4,83%	-	-12,79%
Educação		893.126	893.126	2,61%		896.584	896.584	2,71%	-	-0,39%
Ação Social		568.350	568.350	1,66%		587.282	587.282	1,77%	-	-3,22%
Outros serviços	4.387	321.576	325.963	0,95%	4.910	577.625	582.534	1,76%	-10,64%	-44,33%
<b>Total</b>	<b>7.511.698</b>	<b>26.749.115</b>	<b>34.260.812</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.037.408</b>	<b>26.093.031</b>	<b>33.130.439</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,74%</b>	<b>2,51%</b>

Un:Euros

**k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;**

**Quadro 25**

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS				
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Remuneração Base Mensal Dez-17	Valor Anual Bruto Atribuído (*)
2017				
<b>Município</b>				
<b>Órgão Executivo</b>				
<b>Período de Responsabilidade de 01/01/2017 a 25/10/2017</b>				
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	a)	0	10.995
António Domingos Silva Tiago	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	39.655
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	39.686
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	39.686
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	39.575
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vereador Meio Tempo	Vencimento	1.526	18.294
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	40.620
Marco José Duarte Martins	Regime de substituição	b)	0	1.905
Jorge Luís Ferreira Catarino	Vereador	b)	0	1.763
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras	Vereadora	b)	0	1.732
Ana Virginia da Costa Pereira	Vereadora	b)	0	919
<b>Período de Responsabilidade de 26/10/2017 a 31/12/2017</b>				
António Domingos Silva Tiago	Presidente	Vencimento	3.624	11.460
Emília de Fátima Moreira dos Santos	Vereadora	b)	0	763
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	8.857
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	8.857
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	8.266
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	8.838
José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador	b)	0	1.114
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras	Vereadora	b)	0	907
José António Andrade Ferreira	Vereador	b)	0	1.030
Jaime Manuel da Silva Pinho	Vereador	b)	0	1.107
Paula Cristina Romão Pereira	Vereadora	b)	0	1.021
<b>Órgão de Fiscalização</b>				
Esteves & Pinho, SROC, Ld.ª	ROC	Honorários	1.968	17.909

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS					
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Remuneração Base Mensal Dez-17	Valor Anual Bruto Atribuído (*) 2017	
<b>EMEM - Empresa de Estacionamento</b>					
<b>Conselho de Administração</b>					
<b>Período de Responsabilidade de 01/01/2017 a 13/11/2017</b>					
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	-	0	
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	-	0	
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-	-	0	
<b>Período de Responsabilidade de 14/11/2017 a 31/12/2017</b>					
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	-	0	
Emília de Fátima Moreira dos Santos	Vogal	-	-	0	
Francisco Tomé de Campos Maia Nogueira da Costa	Vogal	-	-	0	
<b>Orgão de Fiscalização</b>					
Palm & Cambão, SROC, Lda.	Fiscal Único / ROC	Honorários	-	3.681	
<b>Maiambiente</b>					
<b>Conselho de Administração</b>					
<b>Período de Responsabilidade de 01/01/2017 a 24/11/2017</b>					
António Domingos Silva Tiago	Presidente	-	-	0	
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-	-	0	
Fernando António Ferreira Leite	Vogal	-	-	0	
<b>Período de Responsabilidade de 25/11/2017 a 31/12/2017</b>					
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Presidente	-	-	0	
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	-	0	
Fernando António Ferreira Leite	Vogal	-	-	0	
<b>Orgão de Fiscalização</b>					
J. Guimarães, M. Malheiro e Mário Guimarães, SROC	Fiscal Único / ROC	Honorários	-	3.600	
<b>Espaço Municipal</b>					
<b>Conselho de Administração</b>					
<b>Período de Responsabilidade de 01/01/2017 a 31/12/2017</b>					
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	-	0	
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	-	0	
Inácio Felício Fialho de Almeida	Vogal	Despesas Representação	-	37.306	
<b>Orgão de Fiscalização</b>					
Adriano Torres, SROC, Unipessoal, LDA	ROC	Honorários	-	4.500	
<b>SMAS - Serviços Municipalizados</b>					
<b>Conselho de Administração</b>					
<b>Período de Responsabilidade de 01/01/2017 a 12/11/2017</b>					
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	-	-	0	
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	-	0	
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	-	0	
<b>Período de Responsabilidade de 13/11/2017 a 31/12/2017</b>					
António Domingos Silva Tiago	Presidente	-	-	0	
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	-	0	
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-	-	0	

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS					
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Remuneração Base Mensal Dez-17	2017	
				Valor Anual Bruto Atribuído (*)	
<b>Fundação Conservatório de Música da Maia</b>					
<b>Conselho Diretivo</b>					
<b>Período de Responsabilidade de 01/01/2017 a 12/11/2017</b>					
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	-	0	
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	-	0	
Mário José Gomes Gouveia	Vogal	-	-	0	
<b>Período de Responsabilidade de 13/11/2017 a 31/12/2017</b>					
Emília de Fátima Moreira dos Santos	Presidente	-	-	0	
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Vogal	-	-	-	
Ângelo Augusto Santos Oliveira	Vogal	-	-	-	
<b>Orgão de Fiscalização</b>					
Palm & Cambão, SROC, Lda.	ROC	Honorários	-	1.500	
<b>TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.</b>					
<b>Comissão Liquidatária</b>					
Mário Augusto Carvalho Rodrigues	Presidente	-	-	12.000	
José Eduardo Pereira Vieira de Azevedo	Vogal	-	-	0	
Maria Antónia Moura de Vasconcelos Lima	Vogal	-	-	0	
<b>Orgão de Fiscalização</b>					
Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, Lda representada por Nuno Miguel Borges Alves Pereira	ROC	Honorários	-	10.800	
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO</b>					
<b>Conselho de Administração</b>					
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investiment	Sociedade Gestora	-	-	46.131	
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado MAIA GOLFE</b>					
<b>Conselho de Administração</b>					
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investiment	Sociedade Gestora	-	-	36.755	
<b>Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A.</b>					
<b>Conselho de Administração</b>					
Fernando do Nascimento Trigo	Presidente	Vencimento	2.900	40.602	
João Pedro Brito da Silva	Administrador	Senhas de Presença	-	0	
<b>Orgão de Fiscalização</b>					
Joaquim Santos Silva	ROC	Honorários	738	8.856	

Un.: Euros

A remuneração base mensal atribuída aos eleitos locais é igual para todos dentro de cada um dos regimes de funções - vereador a meio tempo ou a tempo inteiro-, decorrendo as divergências eventualmente verificadas ao nível do valor anual bruto atribuído de acertos de vencimentos, faltas, ou outros factos com influência direta no processamento de salários. O mesmo princípio se verifica quanto aos demais vereadores, designadamente em matéria de senhas de presenças, cujo valor unitário é legalmente fixado.

**l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;**

Não aplicável.

**m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;**

Não aplicável.

**n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;**

Não aplicável.

**o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;**

**Quadro 26**

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS</b>						
<b>Custos e Perdas</b>	<b>Exercícios</b>			<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>Exercícios</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>			<b>2017</b>	<b>2016</b>
681 Juros suportados	1044.425	1322.763	781	Juros obtidos	155.882	128.891
682 Perdas em entidades participadas	0	0	782	Ganhos em entidades participadas	460	372
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	71.341	65.528
684 Provisões p/ aplicações financ.	0	0	784	Rendimentos participações capital	2.420	0
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786	Descontos pronto pagat. obtidos	19.171	21.738
688 Outros custos e perdas financ.	120.663	46.974	787	Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
<b>Total de Custos Financeiros</b>	<b>1.165.088</b>	<b>1.369.738</b>	788	<b>Total de Proveitos Financeiros</b>	<b>280.891</b>	<b>252.098</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-884.197</b>	<b>-1.117.640</b>				
<b>Total</b>	<b>280.891</b>	<b>252.098</b>				

Un.:Euros

Os resultados financeiros persistem negativos, melhorando apesar de tudo comparativamente com o exercício anterior e em linha com o que sucede nas contas individuais do Município, em razão de terem diminuído os custos e perdas desta natureza, (-) 204.650 €, a par do aumento dos proveitos e ganhos correspondentes – que aumentam ainda (+) 28.793 €.

**p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;**

**Quadro 27**

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS</b>						
<b>Custos e Perdas</b>	<b>Exercícios</b>			<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>Exercícios</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>			<b>2017</b>	<b>2016</b>
691 Transferências capital concedidas	2.401.682	1.340.221	791	Restituição de impostos	0	0
692 Dívidas incobráveis	14.766	0	792	Recuperação de dívidas	7.638	5.256
693 Perdas em existências	9.245	5.394	793	Ganhos em existências	37.010	4.444
694 Perdas em imobilizações	2.006.037	260.725	794	Ganhos em imobilizações	168.511	1242.461
695 Multas e penalidades	2.438	22.602	795	Benefícios de penalidades contr	425.290	1624.128
696 Aumento de amortiz. Provisões	24.931	10.266	796	Reduções de amortiz.e provisões	934.453	525.301
697 Correções relativas exerc. anteriores	1016.378	1.102.424	797	Correções relativas exerc. anteriores	2.428.084	898.047
698 Outros custos e perdas extraor.	61.492	77.659	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	3.568.451	3.225.689
			799	Indemnizações recebidas	0	26.017
<b>Total de Custos Extraordinários</b>	<b>5.536.969</b>	<b>2.819.290</b>		<b>Total de Proveitos Extraordinários</b>	<b>7.569.436</b>	<b>7.551.342</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>2.032.467</b>	<b>4.732.052</b>				
<b>Total</b>	<b>7.569.436</b>	<b>7.551.342</b>				

Un.:Euros

Os Resultados Extraordinários gerados no decurso do exercício de 2017 perfazem um saldo de (+) 2.032.467 €, apresentando uma variação negativa de (-) 2.699.585 € resultante do facto do aumento dos custos e perdas desta natureza ser substancialmente superior à variação, em valor absoluto, registada nos proveitos e ganhos correspondentes.

Dá-se particular destaque, nas rubricas de Custos e Perdas com incrementos mais significativos entre os dois períodos em comparação, às Perdas em Imobilizações e aos registos contabilísticos efetuados pela participante na sua esfera de atividade individual (com maior materialidade, é de referir a doação efetuada à Junta de Freguesia de Moreira de um prédio urbano, para sua instalação, bem assim como do Pólo de Serviços e Centro Cultural da Vila de Moreira). Ainda observando uma variação geradora de impacto, dá-se nota da evolução das Transferências de Capital Concedidas, cuja variação fica a dever-se exclusivamente à entidade consolidante e reporta a transferências predominantemente orientadas para Administrações Privadas.

**q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;**

**Quadro 28**

PROVISÕES					
2017					
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0				0
Provisões para cobranças duvidosas	10.755.058	237.295		329.282	11.321.635
Provisões para riscos e encargos	4.532.249		1.546.745	589.823	3.575.328
Provisões para depreciação de existências	36.532				36.532
Provisões para investimentos financeiros	10.761		558		10.203
<b>Total de Provisões</b>	<b>15.334.601</b>	<b>237.295</b>	<b>1.547.303</b>	<b>919.105</b>	<b>14.943.698</b>

Un.: Euros

**r) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;**

**Quadro 29**

BENS UTILIZADOS NO REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA				
Descrição	2017	2016	Variação	
			Valor	%
Município	-	-	-	-
EMEM - Empresa de Estacionamento	-	-	-	-
Maiambiente	-	-	-	-
<b>Espaço Municipal</b>				
Viatura Smart	2.185	4.250	-2.065	-48,59%
Viatura Smart	2.185	4.250	-2.065	-48,59%
<b>Smas - Serviços Municipalizados</b>	-	-	-	-
<b>Fundação Conservatório de Música da Maia</b>	-	-	-	-
<b>TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.</b>	-	-	-	-
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe</b>	-	-	-	-
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo</b>	-	-	-	-

Un.: Euros



**s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.**

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

**8.2.9. Informações diversas**

**a) Outras informações exigidas por diplomas legais;**

Não aplicável.

**b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.**

**b.1)** No que diz respeito aos investimentos financeiros detidos no início do exercício relativos aos Fundos de Investimento Imobiliário – Maia Imo e Maia Golfe – importa salientar os seguintes factos:

- Estão em curso negociações com o objetivo de reverter os Fundos em questão, que significará o retorno ao património municipal dos bens que o compunham; dá-se particular destaque, a este respeito, à obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas para a dissolução e liquidação do fundo Maia Golfe recebido pelo Município em 5 de janeiro de 2018, o que permite perspetivar a sua extinção ao longo deste exercício.

Sobre esta matéria reiteram-se as considerações enunciadas no relato do exercício de 2014 (e seguintes), designadamente no que reporta à valorização destes ativos no balanço das contas individuais do Município. Com efeito, por força da entrada em vigor do RFALEI, a partir desse exercício o Município deixou de apresentar os seus Fundos de Investimento Imobiliários Especiais Fechados ao justo valor, passando a aplicar as políticas contabilísticas específicas do POCAL, tal como se todos os ativos e passivos dos fundos tivessem sido adquirido pelo Município e reconhecidos de acordo com as regras do POCAL. Em consequência, os Ativos dos Fundos foram, e continuam a estar, apresentados ao custo, líquido de amortizações e depreciações acumuladas e de Passivos. Para os casos em que os Passivos ultrapassam os Ativos valorizados ao Custo, foram constituídas provisões.

Por tal razão, o grande impacto financeiro nas contas do Município, por via da mencionada alteração, ocorreu na gerência de 2014 – uma vez que daí em diante o critério permaneceu inalterado. Neste seguimento, não se esperam alterações materiais nas demonstrações financeiras do Grupo Municipal, resultantes da liquidação destes Fundos de Investimento Imobiliário.

**b.2)** Relativamente à empresa TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, SA. Em Liquidação, participada maioritariamente pelo Município (51%) dá-se nota neste ponto do facto de, não obstante terem sido facultados os dados considerados mínimos necessários ao processamento da consolidação de contas, os mesmos serem reportados a momento temporal distinto (31/12/2017) daquele a que reporta o último relatório conhecido subscrito pela

respetiva Comissão Liquidatária (30/11/2017). Face ao estado desta entidade (em liquidação) não se esperam implicações materiais para o Grupo Municipal, relacionadas com o facto de não terem sido consideradas as contas finais a 31/12/2017, justificado pelas mesmas ainda não se encontrarem formalizadas pela Comissão Liquidatária.

**b.3)** Relativamente à participada Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, EM SA, dá-se nota da Reserva incluída pelo Fiscal Único no seu Relatório e Parecer às contas em apreço – que se transcreve de seguida:

*“Em consequência dos problemas surgidos ao nível do sistema informático, ainda não ultrapassadas na sua totalidade e cujo trabalho se encontra em curso, e que afetam essencialmente as contas de terceiros e não permitiram despoletar em tempo oportuno o processo de circularização (confirmação de saldos e fluxos), não dispomos de informação que nos permita aferir sobre a totalidade e exatidão dos valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício de 2017 nas rubricas de Clientes (montante de 697.122,14 euros) e Fornecedores (valor de 2.265.010,02 euros) e Outros Credores (valor de 1.610.093,90 euros). Ressalva-se, no entanto, que os efeitos dos potenciais ajustamentos que poderão vir a ser necessários, não afetarão a credibilidade das contas no seu todo.”.*

**b.4)** Relativamente à participada Fundação Conservatório de Música da Maia, dá-se nota da *Incerteza material relacionada com a continuidade* incluída pelo Fiscal Único no seu Relatório e Parecer às contas em apreço – que se transcreve de seguida:

*“Em consequência dos prejuízos acumulados, o passivo excedeu o ativo, apresentando-se os capitais próprios negativos. Esta situação pode indiciar a existência duma incerteza material acerca da capacidade da Fundação para prosseguir a sua atividade numa ótica de continuidade. É, no entanto, convicção do órgão de gestão que continuará a contar com a manutenção do necessário apoio financeiro do fundador”.*

2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS CONSOLIDADAS



## ANEXO I

BALANÇO CONSOLIDADO A 31-12-2017				
ACTIVO	EXERCÍCIOS			
	AB	2017 A/P	AL	2016 AL
<b>Imobilizado:</b>				
<b>Bens de domínio público</b>				
Terrenos e recursos naturais	21.662.087,85	0,00	21.662.087,85	21.144.601,20
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	193.644.178,37	136.393.425,85	57.250.752,52	63.462.300,26
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.333.707,62	184.728,28	1.148.979,34	1.161.736,30
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	5.646.799,90	0,00	5.646.799,90	4.078.710,76
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	
	222.286.773,74	136.578.154,13	85.708.619,61	89.847.348,52
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Despesas de instalação	1.799.793,53	1.632.613,24	167.180,29	34.507,20
Despesas de investigação e de desenvolvimento	275.244,98	275.244,98	0,00	
Propriedade industrial e outros direitos	2.097.812,71	1.897.428,35	200.384,36	107.910,22
Imobilizações em curso	747.362,08	0,00	747.362,08	366.674,83
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	
	4.920.213,30	3.805.286,57	1.114.926,73	509.092,25
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	69.386.355,84	0,00	69.386.355,84	67.029.614,62
Edifícios e outras construções	431.748.335,58	156.124.560,45	275.623.775,13	277.349.102,91
Equipamento básico	18.535.312,48	15.240.028,64	3.295.283,84	2.841.787,54
Equipamento de transporte	4.999.996,55	4.415.465,48	584.531,07	761.564,44
Ferramentas e utensílios	1.087.266,32	1.021.258,40	66.007,92	41.802,98
Equipamento administrativo	3.919.500,58	3.503.671,80	415.828,78	435.272,11
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	
Outras imobilizações corpóreas	16.020.463,81	12.624.850,96	3.395.612,85	2.982.130,00
Imobilizações em curso	6.952.363,26	0,00	6.952.363,26	4.596.263,62
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	750.000,00	0,00	750.000,00	750.000,00
	553.399.594,42	192.929.835,73	360.469.758,69	356.787.538,22
<b>Investimentos financeiros</b>				
Partes de capital	2.470.854,64	10.000,00	2.460.854,64	2.333.894,80
Obrigações e títulos de participação	3.008.840,74	202,91	3.008.637,83	3.008.179,79
Investimentos em imóveis	12.979.749,14	3.020.083,68	9.959.665,46	9.758.655,73
Outras aplicações financeiras	5.914,33	0,00	5.914,33	4.648,71
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	
	18.465.358,85	3.030.286,59	15.435.072,26	15.105.379,03
<b>Circulante</b>				
<b>Existências</b>				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	909.623,79	0,00	909.623,79	818.609,25
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	2.637,00	0,00	2.637,00	792,00
Mercadorias	86.127,64	36.532,42	49.595,22	41.754,27
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	998.388,43	36.532,42	961.856,01	861.155,52
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)</b>				
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
Empréstimos concedidos	68.088,61	0,00	68.088,61	71.418,61
Clientes c/c	5.498.829,94	792.981,23	4.705.848,71	3.403.057,96
Contribuintes c/c	165.467,90	0,00	165.467,90	346.171,89
Utentes c/c	14.848,18	0,00	14.848,18	12.034,82
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	8.546.148,86	8.443.420,46	102.728,40	153.654,92
Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	34.646,35	0,00	34.646,35	4.210,78
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.092,31	0,00	1.092,31	19.592,31
Estado e outros entes públicos	328.595,41	0,00	328.595,41	425.739,82
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	3.042.932,27	2.085.233,64	957.698,63	1.209.608,60
	17.700.649,83	11.321.635,33	6.379.014,50	5.645.489,71
<b>Títulos negociáveis</b>				
Acções	0,00		0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00
Outros títulos	0,00		0,00	0,00
Outras aplicações de tesouraria	255.000,00		255.000,00	255.000,00
	255.000,00		255.000,00	255.000,00
<b>Depósitos em instituições financeiras e Caixa</b>				
Depósitos em instituições financeiras	30.498.391,12		30.498.391,12	29.783.711,18
Caixa	61.168,92		61.168,92	56.644,82
	30.559.560,04		30.559.560,04	29.840.356,00
<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
Acréscimos de proveitos	5.164.246,33		5.164.246,33	6.255.752,59
Custos diferidos	60.289,42		60.289,42	51.743,36
Activos por impostos diferidos	24.446,15		24.446,15	74.992,80
			0,00	
	5.248.981,90		5.248.981,90	6.382.488,75
<b>Total de amortizações .....</b>		<b>336.333.360,11</b>		
<b>Total de provisões .....</b>		<b>11.368.370,66</b>		
<b>Total do activo .....</b>	<b>853.834.520,51</b>	<b>347.701.730,77</b>	<b>506.132.789,74</b>	<b>505.233.848,00</b>

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
	2017	2016
<b>Fundos próprios</b>		
Património	325.199.882,50	323.744.980,06
Ajustamento de partes de capital em empresas	-12.905,25	-12.874,32
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Reservas		
Reservas legais	4.521.497,41	4.452.444,18
Reservas estatutárias	0,00	0,00
Reservas contratuais	0,00	0,00
Reservas livres	2.136.463,82	1.855.493,95
Subsídios	2.404.710,41	2.563.937,57
Doações	5.620.575,30	5.212.460,04
Reservas decorrentes de transferências de activos	2.123.267,31	2.123.267,31
Cedências	3.496.554,26	3.496.554,26
Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
Outras variações no Capital próprio	0,00	0,00
Resultados transitados	-7.905.471,98	-20.739.341,85
Resultado líquido do exercício consolidado atribuível ao Município da Maia	6.731.269,43	12.100.691,35
Interesses não controlados	-1.589.003,07	-1.596.969,83
	345.885.380,48	336.359.183,06
<b>Passivo</b>		
Provisões para riscos e encargos	3.575.327,77	4.532.249,06
	3.575.327,77	4.532.249,06
<b>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)</b>		
Empréstimos obtidos de MLP	30.096.858,37	36.472.553,30
Fornecedores MLP	17.090.947,64	17.672.976,19
Fornecedores de Imobilizado MLP	241.627,61	288.466,52
Credores das Administrações Públicas FAM - MLP	1.281.556,97	1.708.742,97
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendias MLP	13.083.414,87	14.501.861,34
	61.794.405,46	70.644.400,32
<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>		
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	5.597.857,12	5.966.794,88
Adiantamentos por conta de vendas	8.164,26	8.164,26
Fornecedores c/c	7.230.274,07	5.636.002,19
Fornecedores c/c de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	582.028,55	557.435,13
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	482.497,34	614.197,87
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Cientes e utentes c/ cauções	2.049.788,50	1.925.695,49
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	782.920,88	139.984,37
Fornecedores de imobilizado c/c	1.531.564,75	1.271.499,47
Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	2.354,22	25.502,10
Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	0,00	52.866,31
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendias CP	1.418.408,22	1.299.477,92
Estado e outros entes públicos	776.632,27	680.653,13
Credores das Administrações Públicas FAM - Curto Prazo	427.186,00	427.186,00
Administração autárquica	0,00	0,00
Outros credores	6.266.545,40	5.762.379,89
	27.156.221,58	24.367.839,01
<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
Acréscimos de custos	5.093.963,63	4.984.079,51
Proveitos diferidos	62.627.490,82	64.346.097,04
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
	67.721.454,45	69.330.176,55
	160.247.409,26	168.874.664,94
<b>Total dos fundos próprios e do passivo .....</b>	<b>506.132.789,74</b>	<b>505.233.848,00</b>

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA A 31-12-2017					
Código das Contas	Demonstração de Resultados	Exercícios			
		2017		2016	
	<b>Custos e Perdas</b>				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	5.774.524,81		5.218.599,30	
	Matérias		5.774.524,81		5.218.599,30
62	Fornecimentos e serviços externos		28.630.354,31		26.825.920,31
64	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	19.692.695,52		19.898.440,41	
643 a 648	Encargos sociais:	5.642.672,52	25.335.368,04	5.898.563,45	25.797.003,86
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		3.727.985,11		3.342.841,98
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		20.185.199,55		20.100.151,15
67	Provisões		1.044.713,90		1.368.116,92
65	Outros custos e perdas operacionais		1.141.468,76		1.416.298,35
	(A)		85.839.614,48		84.068.931,87
68	Custos e Perdas Financeiras		1.165.088,11		1.369.737,65
	(C)		87.004.702,59		85.438.669,52
69	Custos e perdas extraordinárias		5.536.969,10		2.819.289,94
	(E)		92.541.671,69		88.257.959,46
	Imposto estimado para o período		75.589,70		155.497,15
	(G)		92.617.261,39		88.413.456,61
	Interesses não controlados		-179.172,17		-538.604,54
88	Resultado líquido do exercício atribuível ao Município da Maia		6.731.269,43		12.100.691,35
			99.348.530,82		100.514.147,96
	<b>Proveitos e Ganhos</b>				
71	Vendas :				
	Mercadorias	2.708,40		6.711,12	
	Venda de produtos	7.508.989,28		7.030.696,53	
	Prestações de Serviços	26.749.114,81	34.260.812,49	26.093.031,19	33.130.438,84
72	Impostos, taxas, Outros		41.672.377,91		42.914.152,38
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares		115.404,26		221.101,81
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:		15.263.922,92		15.896.007,10
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		6.513,63		10.403,66
	(B)		91.319.031,21		92.172.103,79
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		280.890,95		252.097,82
	(D)		91.599.922,16		92.424.201,61
79	Proveitos e ganhos extraordinários		7.569.436,49		7.551.341,81
	(F)		99.169.358,65		99.975.543,42
	<b>Resumo:</b>				
	Resultados Operacionais:(B)-(A)=		5.479.416,73		8.103.171,92
	Resultados Financeiros:(D)-(C-A)=		-884.197,16		-1.117.639,83
	Resultados Correntes:(D)-(C)=		4.595.219,57		6.985.532,09
	Resultado Líquido do Exercício:(F)-(G)=		6.552.097,26		11.562.086,81
	Resultado Líquido do período atribuível:				
	Município da Maia		6.731.269,43		12.100.691,35
	Interesses não controlados		-179.172,17		-538.604,54

ANEXO III

Ano 2017			
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS			
	31-dez-17	31-dez-16	Variação %
<b>RECEBIMENTOS</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>30.095.130</b>	<b>24.673.769</b>	<b>21,97%</b>
Execução orçamental	25.475.364	20.065.163	26,96%
Operações de tesouraria	4.619.766	4.608.606	0,24%
<b>Receitas orçamentais</b>	<b>83.103.219</b>	<b>79.793.528</b>	<b>4,15%</b>
Correntes	80.691.352	78.388.098	2,94%
Capital	2.405.016	1.350.564	78,07%
Outras	6.851	54.866	-87,51%
<b>PAGAMENTOS</b>			
<b>Despesas orçamentais</b>	<b>82.620.342</b>	<b>74.389.434</b>	<b>11,06%</b>
Correntes	54.440.645	51.303.547	6,11%
Capital	28.179.697	23.085.888	22,06%
<b>Saldo final</b>	<b>30.814.560</b>	<b>30.095.356</b>	<b>2,39%</b>
Execução orçamental	25.958.241	25.469.257	1,92%
Operações de tesouraria	4.856.319	4.626.099	4,98%

Un:Euros





## ANEXO IV – 1

Ano 2017  
(unidade: euros)

### Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Espaço Municipal EEM / Município da Maia											Município da Maia / Espaço Municipal EEM											
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.588.876,34	0,00	3.588.876,34	0,00	0,00	3.588.876,34	0,00	3.588.876,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.300,48	0,00	54.300,48	0,00	0,00	54.300,48	0,00	54.300,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	74.819,68	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00
Participações do capital em espécie	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.736.518,30	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12.811.337,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.811.337,98</b>	<b>0,00</b>	<b>3.643.176,82</b>	<b>0,00</b>	<b>3.643.176,82</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.643.176,82</b>	<b>0,00</b>	<b>3.643.176,82</b>	<b>0,00</b>	<b>12.811.337,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.811.337,98</b>	<b>0,00</b>

a) A discriminar

Espaço Municipal EEM / SMAS											SMAS / Espaço Municipal EEM											
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	1.972,81	15.975,92	0,00	13.219,42	4.729,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.972,81	15.975,92	0,00	13.219,42	4.729,31	0,00	4.729,31	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.972,81</b>	<b>15.975,92</b>	<b>0,00</b>	<b>13.219,42</b>	<b>4.729,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.972,81</b>	<b>15.975,92</b>	<b>0,00</b>	<b>13.219,42</b>	<b>4.729,31</b>	<b>0,00</b>	<b>4.729,31</b>	<b>0,00</b>

a) A discriminar

Espaço Municipal EEM / Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM											Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM/Espaço Municipal EEM												
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos						
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.291,37	0,00	0,00	2.291,37	0,00	0,00	2.291,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.291,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.291,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.291,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Un:Euros  
a) A discriminar

## ANEXO IV – 2

Tipo de fluxos	Fundação Conservatório de Música da Maia / Município da Maia					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos									
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	28.986,61	28.986,61	28.986,61	2.000,00	26.986,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>53.986,61</b>	<b>28.986,61</b>	<b>28.986,61</b>	<b>2.000,00</b>	<b>51.986,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

a) Transferência da titularidade da dívida detida pela Academia das Artes da Maia (extinta)

Tipo de fluxos	Município da Maia / Fundação Conservatório de Música da Maia					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos									
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.986,61	28.986,61	28.986,61	2.000,00	26.986,61
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53.986,61</b>	<b>28.986,61</b>	<b>28.986,61</b>	<b>2.000,00</b>	<b>51.986,61</b>

a) Transferência da titularidade da dívida detida pela Academia das Artes da Maia (extinta)

Tipo de fluxos	Tecmaia / Espaço Municipal, EEM.					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos									
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	92.715,00	71.101,43	163.816,43	0,00	0,00	53.553,45	90.793,89	123.087,63	21.259,71	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.898,46	0,00	0,00	78.898,46
<b>Total</b>	<b>92.715,00</b>	<b>71.101,43</b>	<b>163.816,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53.553,45</b>	<b>169.692,35</b>	<b>123.087,63</b>	<b>21.259,71</b>	<b>78.898,46</b>

Tipo de fluxos	Espaço Municipal, EEM/ Tecmaia					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos									
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	53.553,45	90.793,89	123.087,63	21.259,71	0,00	92.715,00	71.101,43	163.816,43	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	78.898,46	0,00	0,00	78.898,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>53.553,45</b>	<b>169.692,35</b>	<b>123.087,63</b>	<b>21.259,71</b>	<b>78.898,46</b>	<b>92.715,00</b>	<b>71.101,43</b>	<b>163.816,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Tipo de fluxos	Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM / Município da Maia					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos									
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	34.801,19	0,00	34.801,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	124.699,47	0,00	0,00	0,00	124.699,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>324.699,47</b>	<b>34.801,19</b>	<b>0,00</b>	<b>234.801,19</b>	<b>124.699,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

a) Distribuição de dividendos

Tipo de fluxos	Município da Maia / Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos									
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.801,19	0,00	34.801,19	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,47	0,00	0,00	0,00	124.699,47
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>324.699,47</b>	<b>34.801,19</b>	<b>0,00</b>	<b>234.801,19</b>	<b>124.699,47</b>

a) Distribuição de dividendos

ANEXO IV – 3

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	73,97	810,82	0,00	832,84	51,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>73,97</b>	<b>810,82</b>	<b>0,00</b>	<b>832,84</b>	<b>51,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,97	810,82	0,00	832,84	51,95
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>73,97</b>	<b>810,82</b>	<b>0,00</b>	<b>832,84</b>	<b>51,95</b>

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	669.840,00	0,00	669.840,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	98.268,00	0,00	0,00	98.268,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.496.393,69</b>	<b>98.268,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.594.661,69</b>	<b>0,00</b>	<b>669.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>669.840,00</b>	<b>0,00</b>

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	669.840,00	0,00	669.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.268,00	0,00	0,00	98.268,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>669.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>669.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.496.393,69</b>	<b>98.268,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.594.661,69</b>

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228.493,44	6.806.359,26	0,00	6.799.776,54	235.076,16
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.481.177,77	6.873.549,18	0,00	6.806.359,26	1.548.367,69
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	281,33	3.865,86	0,00	3.920,81	226,38	0,00	0,00	0,00	0,00	226,38
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	73.800,00	0,00	73.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>281,33</b>	<b>77.665,86</b>	<b>0,00</b>	<b>77.720,81</b>	<b>226,38</b>	<b>1.709.671,21</b>	<b>13.679.908,44</b>	<b>0,00</b>	<b>13.606.135,80</b>	<b>1.783.443,85</b>

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228.493,44	6.806.359,26	0,00	6.799.776,54	235.076,16
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.481.177,77	6.873.549,18	0,00	6.806.359,26	1.548.367,69
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281,33	3.865,86	0,00	3.920,81	226,38
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	73.800,00	0,00	73.800,00	0,00	0,00	73.800,00	0,00	73.800,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.709.671,21</b>	<b>13.679.908,44</b>	<b>0,00</b>	<b>13.606.135,80</b>	<b>1.783.443,85</b>	<b>281,33</b>	<b>77.665,86</b>	<b>0,00</b>	<b>77.720,81</b>	<b>226,38</b>

a) Prestação de serviços

a) Prestação de serviços





## ANEXO V

Mapa de Efetivos por Categorias																			
Município			Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia			Maia ambiente			Espaço Municipal			SMAS							
2017	2016		2017	2016		2017	2016		2017	2016		2017	2016						
Dirigente - Intermédio	22	21	1	Diretor Executivo	1	1	0	Diretores	2	2	0	Vogais	0	1	-1				
Técnico Superior	335	283	52	Secretária de Direção	1	1	0	Gestores de Unidade	1	1	0	Técnicos Superiores	14	11	3				
Assistente Técnico	218	226	-8	Técnicos Superiores	4	3	1	Técnicos Superiores	5	5	0	Assistentes Administrativos	9	10	-1				
Assistente Operacional	381	395	-14	Administrativos	3	4	-1	Assessor de Administração	1	1	0	Operários	3	3	0				
Informáticos	10	10	0	Fiscal Coordenador	1	1	0	Assistentes Administrativos	4	4	0	Encarregado Geral	1	1	0				
Polícia Municipal	16	22	-6	Fiscais	3	3	0	Auxiliares Administrativos	3	3	0	Encarregado	3	3	0				
Outros	18	21	-3	Fiscal Vigilante Coordenador	1	1	0	Técnico de Informática	1	1	0	Assistentes Operacionais	86	86	0				
				Fiscais Vigilantes	5	5	0	Chefias Intermédias	6	7	-1	Fiscais	2	2	0				
				Coordenador de Manutenção	1	1	0	Condutores de Máq. Pesadas e Veículos Especiais	26	25	1	Especialista de Informática	1	1	0				
				Auxiliar de Serviços Gerais	1	1	0	Cantoneiros de Limpeza	77	79	-2								
<b>Total</b>	<b>1000</b>	<b>978</b>	<b>22</b>	<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>128</b>	<b>-2</b>	<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>Total</b>	<b>156</b>	<b>155</b>	<b>1</b>

Mapa de Efetivos por Categorias											
Fundação Conservatório de Música da Maia			TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.			Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A.					
2017	2016		2017	2016		2017	2016				
Técnicos Superiores	2	2	0	Direção Geral	0	0	0	Dirigentes	7	7	0
Escriturários	3	3	0	Direção / Chefias Serviços	0	1	-1	Técnico Superior	14	18	-4
Contínuos	2	2	0	Técnicas	0	0	0	Assistente Técnico	7	7	0
Empregada de Limpeza	1	1	0	Administrativas	0	0	0	Informático	4	4	0
Professores	5	6	-1								
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>-1</b>	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>-1</b>	<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>36</b>	<b>-4</b>





2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras Consolidadas anexas do **Município da Maia** (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 506.132.790 euros e um total de Fundos Próprios de 345.885.380 euros, incluindo um Resultado Líquido do exercício de 6.552.097 euros) e a Demonstração dos Resultados Consolidada relativos ao ano findo naquela data, e os Anexos às Demonstrações Consolidadas Financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

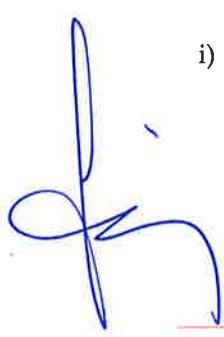
Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras Consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL).

#### Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

- 
- i) O Município passou a apresentar desde 2016 como Passivo na rubrica de Empréstimos, a operação de concessão de créditos de rendas de habitação social celebrada em 2004, no seguimento da orientação do Tribunal de Contas datada de Agosto de 2016, em sede de homologação das Contas de Gerência dos exercícios de 2004 e 2005; e

### Município da Maia

- ii) Conforme referido no ponto 8.2.6 das Notas ao Balanço Consolidado e à Demonstração Consolidada de Resultados, existem Ativos e Passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efetiva concretização e à semelhança do procedimento adotado em exercícios anteriores, foram apenas objeto de divulgação.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

### Outras Matérias

Relativamente à participada TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação), auditada por outros colegas, não obtivemos ainda os elementos considerados indispensáveis e que nos permitam dar cumprimento ao disposto nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA 600 – Considerações Especiais – Auditorias Demonstrações Financeiras de Grupos – incluindo o trabalho dos auditores dos componentes).

Apesar do Capital Próprio desta participada no final do exercício de 2017, tendo por base dados provisórios disponibilizados pelos Serviços, se apresentar negativo em 2.978.030 euros, o Município da Maia reconheceu nas suas Demonstrações Financeiras os efeitos daí resultantes;

### Responsabilidades do Órgão Executivo pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão Executivo é responsável pela:

- preparação de Demonstrações Financeiras Consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras Consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que

**Município da Maia**

influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras Consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras Consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Município da Maia

Maia, 13 de Junho de 2018

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC

2017



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL